

quia privilegium hoc familiaribus, officialibusque non fuit  
 36 concessum ob ipsorum favorem, sed ob religionis favorem, prout  
 jam diximus, & in manu, & potestate familiaris non est per  
 delictum suum alteri præjudicium in suo privilegio inferre, quod  
 optimè comprobatur exemplo scholastici, qui si in alium scho-  
 lasticum delinquat, non idè privilegium amittit, nisi quando  
 pœna amissionis fori expressè pro delicto imponitur, ut in ter-  
 minis tradit *Benedict. Pereyr. in sua Academia, seu Republica literaria lib. 3. disputat. 4. quæst. 4. num. 418. cum Schobar cap. 56. num. 10. Zoes. ad Decretal. in rubric. ad titul. de privileg.*

37 Tertiò dubitatur: an familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis in crimine fraudationis annonæ publicæ, seu monopolij gaudeat privilegio fori? Rationem dubitandi hujus criminis gravitas præstat, quæ tanta est, ut monopolium puniatur pœnâ exilij, & confiscationis bonorum, ex *l. unic. Cod. de monopolijs ubi Peres, & Zoes. Gait. de credit. cap. 2. quæst. 9. num. 2321. Mansinus de confiscation. quæst. 17. num. 3. Lessius de justit. & jur. lib. 2. capit. 21. dubitat. 21. per tot. Menoch. de arbitrar. cas. 569. Conciol. in suis resolutionib. criminalib. verb. monopolium resolut.*

1. & 2. per tot. ubi infinitos laudat, qui omnes declarant modos, in quibus dicitur committi monopolium, & idè in Regno Castellæ familiares ex hujusmodi crimine fori privilegio non gaudent; ut diximus *cap. 12.*

Apud nos cum hujusmodi crimen in privilegijs non sit exceptum, absque dubio est, familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis privilegio fori frui, ut diximus *dict. capit. 12.* sed advertant Conservatores privilegiorum illorum, ut eos severissimè puniant; quia gravissimum est hoc crimen, & Republicæ maximè damnosum, eò quòd Cives emere cogantur carius merces, victualia, & cætera de manibus eorum, qui monopolium faciunt, cæteri que Cives injustè impediuntur commodè negotiari, benignioresque esse in pretio. *Barb. in dict. l. unic. n. 4. Molin. de justit. tract. 2. disp. 345. n. 1. Decian. tract. criminal. lib. 3. cap. 21. à princ. Farinac. in fragment. part. 2. litera M. num. 287. Peres in dict. l. unic. num. 1. Zoes. ibidem,* qui meritò invehuntur adversus monopolium facientes, maximè contra eos, qui totam aliquam victûs speciem emunt, putà, vinum, oleum, frumentum, ut illi soli possint carius certo tempore vendere; & similiter in eos, qui per conspirationem nolunt vendere intra certum tempus,



pus, aut non minoris, & contra judices negligentes procedere contra monopolia facientes, & pænas à jure inflictas exigere dissimulantes, qui ultra quadraginta librarum auri puniri debent, secundum *Barbos. in dict. l. unic. n. 16.*

Ad evitanda monopolia circa speciem ad victum necessariam variæ pænæ stabilitæ sunt in nostrâ *Ord. lib. 5. titul. 76. & 77. ubi Barbos.* multa dat ad materiam concernentia, quæ postea aucta fuérunt per leges sequentes.

*Decreto contra os atravessadores do paõ.*

**S**Endo de tanta consideraçãõ o prejuizo, que a fáca do paõ pôde fazer a este Reyno, e pelo que se atravessa nelle, e devendo-se-lhe applicar com todo o cuidado o remedio, impondo penas, e executando-as contra os que delinquirem, fui servido resolver, que aos que venderem trigo para fóra do Reyno, se lhe impusesse ao piaõ pena de açoutes, bestas, e paõ perdido, e a embarcaçãõ; e aos nobres cinco annos de degredo irremissivel para Africa, e quinhentos cruzados, ametade para o accusador, e a outra ametade para a Camera Real: Os que atravessarem paõ para dentro do Reyno hiraõ dous annos para Africa, bes-

tas, embarcaçãõ, e paõ perdido, e cincoenta milreis para o accusador, e sendo nobre dous annos para Castro Marim, e cem milreis, cincoenta para o accusador, e cincoenta para a Camera Real; e porque naõ faõ as leys, as que refreãõ os delictos, se naõ a execuçaõ dellas, e a experiencia tem mostrado, que os livramentos Ordinarios saõ muito prejudiciaes, porque naõ chega o castigo, ou chega a tempo, que ja naõ aproveita o exemplo, resolvi outro si, que todos os comprehendidos nestes delictos sejaõ sentençaados em Relaçãõ breve, e summariamente dentro de oito dias peremptoriamente, e logo se executassem as sentenças, porque só nesta fórma se poderã refrear a ambiçaõ de hum taõ grande interesse, e que os Clerigos, e mais Ecclesiasticos, que fiados na sua exempçaõ, saõ as que mais oufadamente vaõ contra as Leys, e ficaria frustrada esta disposiçaõ, se lhe ficasse aberta a porta para elles poderem atravessar, e mandar para fóra do Reyno o paõ que quizerem, fui servido declarar, que todo aquelle Ecclesiastico, que for achado, ou comprehendido em atravessar paõ, naõ por via de jurisdicaõ, mas por defenõsa de meus Vassallos e conservaçaõ do Reyno, os mandaria lançar fóra delle, e assim o mandei escrever aos Prelados para ser notorio. E outro si resolvi,



folvi, que aos que forem transgressores depois de publicadas as penas impostas, se não concedessem cartas de seguro. O Regedor da casa da Supplicação tendo entendido esta minha resolução, a faça executar tão promptamente, como pede a importancia deste negocio. Lisboa vinte, e cinco de Janeiro de mil, e seiscentos, e setenta, e nove.

*Mendo de Foyos Pereira.*

*Outra ley sobre a mesma materia.*

**J**Uiz de fóra da Villa de Ourique. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Por haver mostrado a experiedcia os grandes danos que resultão à República de haver atravessadores do paõ neste Reyno, não bastando a prohibição de tão repetidas leys, e ordens para se evitar hum delicto de tão damnosas consequencias, o que procede, não pela falta da disposição das leys; mas pela omissão, e pouco cuidado dos executores dellas. Hey por bem, que nessa Villa tireis huma exactissima devaça dos atravessadores de todo o genero de paõ, a qual não ferrareis, mas deixareis em aberto, para que a possais continuar ao diante segundo entenderes que convém, e he necessario, e pronunciareis, e prendereis aos culpados, aos quaes selhes não ha de passar carta de seguro, nem Alvará de

fiança na fórmula do Decreto de seiscentos, e setenta, e nove, de que com esta vos mando remeter a cópia, e aos prezos sententecareis breve, e summariamente na fórmula do mesmo Decreto, e tereis entendido, que constando-me extrajudicialmente que houve algum atravessador de paõ nessa Villa, e seu termo, que não fosse por vós pronunciado, ou prezo, e quando vos não constasse pela devaça, o não faibais por informação particular, que vos hey de mandar privar, e riscar do meu serviço, para que o exemplo do castigo deixe advertido aos mais ministros da fórmula, em que devem satisfazer a sua obrigação em materia de tanta importancia, e consequencia, como tambem se obrardes nesta diligencia, como eu de vós espero, terei muy especial attenção a este serviço para o vosso melhoramento. Ao Conde das Galveas mando escrever, remetendo-lhe a cópia das Ordens, que se passão a todos os Ministros desta Provincia, para que procure saber, se algum falta à observancia dellas; e me dê conta do que lhe confiar, e lhe ordeno, que sendo-lhe pedida ajuda, e favor por algum dos Ministros para a execução destas ordens, lha dê promptamente, e ao mesmo Conde encarrego que tome muito por sua conta saber se ha algum atravessador nessa Provincia, e que constando-lhe,



do-lhe, o mande prender, e fazer auto de travessia pelo Ministro que lhe parecer, porque o Conde ha de ter esta superintendencia nas terras de sua jurisdicção; e porque ao mesmo passo, em que se devem prohibir, e evitar os atravessadores, se haõ de favorecer aquellas pessoas, que com cartas de visinhança passadas pelo Senado da Camera desta Cidade forem a comprar paõ para o seu provimento; vos ordeno, que lhe deis toda a ajuda, e favor, para que o conduzaõ com brevidade; e no caso que haja algumas pessoas nessa Villa, que queiraõ comprar trigo aos Castelhanos, lhes mandareis passar carta, para que o possaõ comprar, e trazer com guias a esta Corte; e porque sou informado, que os officiaes das Cameras impedem muitas vezes a condução do paõ para esta Corte sem justa causa, ficareis advertido, que dessa Villa só se não deixará sahir aquelle, que for necessario para sustento de seus moradores, e fareis, que todo o mais se conduza logo. E esta diligencia vos hey por muito recomendada; e espero, que nella obreis de maneira, que tenha eu muito que agradecer-vos, porque do contrario me darei por muito mal servido. Escrita em Lisboa a quatorze de Junho de mil, e seiscentos, e noventa, e cinco.

REY.

*Carta sobre a mesma materia.*

**J**Uiz de fóra da Villa de Ourique. Eu El-Rey vos envio muito faudar. A mã intelligencia, que muitos Ministros tem dado às minhas ordens, e ainda a ignorancia em que se achao alguns na disposição da ley do Reyno sobre os atravessadores do paõ, me fez entender, que era necessario mandar ver as duvidas, que se tinhaõ offerecido por Ministros da Meza do Desembargo do Paço, e outros de mayor suposição; conformando-me com o seu parecer, fui servido resolver, se vos fizesse huma nova declaração da fórma em que haveis de tirar as devaças, de que vos encarreguei, para que se evitasse a confusão, e embaraço, com que se achava este Reyno, servindo-lhe, pela mã intelligencia dos Ministros, o remedio de damno, e assim vos regularéis pelas declaraçoens, que com esta minha carta se vos remetem assignadas pelo meu Secretario de Estado. Escrita em Lisboa a 11. de Agosto de 1695.

REY.

*Declaraçoens, que El-Rey nosso Senhor manda fazer a todos os Julgadores das Cameras, a que foi servido mandar tirar devaças dos atravessadores de todo o genero de paõ.*

I Que



- 1 **Q**ue as devações se não haõ de tirar, se não das travessias feitas no anno passado de 694.
- 2 Que o Decreto de 679 de que se mandaraõ cópias com as cartas de sua Magestade, se não ha de praticar quanto às penas nelle accrescentadas, se não nos delictos cometidos depois de sua publicação, desde o dia em que agora se publicou em cada Comarca, ou terra.
- 3 Que as cartas de seguro, que estiverem passadas aos atravessadores antes da referida publicação do dito Decreto, se haõ de guardar, e ter seu effeito.
- 4 Que depois da publicação do Decreto, que agora se mandou fazer, se não haõ de conceder cartas de seguro aos atravessadores do paõ, ainda que fossem culpados deste delicto antes da publicação do dito Decreto.
- 5 Que nenhum Ministro ha de tirar devações das travessias feitas fóra da sua jurisdicção, e das terras, em que sua Magestade expressamente lhas mandar tirar.
- 6 Que todas as pessoas, que tiverem dado, ou derem dinheiro para trigo a lavradores antes de o recolherem, são atravessadores; o que se não entenderà quando derem o tal dinheiro, para lho pagarem em paõ na quantidade, que lhe for necessaria para sustento de sua familia, e abiguarias na fórma do §. 3. do tit. 76. do livro 5. da *Ord. do Reyno*; porque cada hum pôde comprar paõ para sua casa, e familia em qualquer tempo.
- 7 Que havendo algumas pessoas, que emprestem trigo a lavradores para lho pagarem em o novo em a mesma especie de trigo com a mayoria a respeito do preço, porque correr no mez de Mayo futuro, se ha de guardar o que dispoem a *Ord. no livro 4. tit. 200*.
- 8 Que todos os Ministros devem entender, que he licito a qualquer pessoa ir comprar paõ a Castella, e vendello em toda a parte, a quem quizer na fórma da mesma ley, e que o registo, que ella manda fazer na primeira terra, a que o paõ de Castella chegar, não he penal, mas sómente necessario para se lhe conceder a liberdade da venda em toda a parte, e que assim quem não registar o dito paõ, não faz delicto, e só se lhe poderá negar a licença para a venda livre na fórma, que a ley declara.
- 9 Que em nenhum caso se impida pelos Ministros das justicias às pessoas que tiverem rendas nas terras de sua jurisdicção, que tragaõ para esta Cidade de Lisboa o paõ, ficando o terço na terra, se for necessario, porque poderá haver muitas, que sejaõ tão pequenas, ou tenhaõ tanto paõ, que lhe sóbre muito, se lhe ficar o terço de todo; em este particular se deve entender a ley segundo a necessidade, ante os Ministros



tros devem dar toda a ajuda, e favor, para que estas rendas se conduzaõ à Corte, e que estes terços se haõ de entender nas terras, que ficarem fóra das dez legoas, e das duas do Téjo, que diz a *Ord. livro 5. tit. 76.*

10 Que a nenhuma pessoa, que comprar paõ para trazer para Lisboa, tirando guia, e dando fiança a trazello no tempo, que se lhe assignar, se lhe impida o trazer paõ, antes se lhe dê toda a ajuda, e favor, e que nesta materia se não admita requerimento algum dos officiaes da Camera, antes, que cada Ministro nas terras, em que tirar devaças, quando as tirarem, sabendo que os officiaes das Cameras impedem por qualquer modo, ou caminho a condução do paõ para esta Corte, procederão logo contra elles, e dem conta a sua Magestade, para tomar a resolução, que o caso pedir.

11 Que as pessoas, que comprarem qualquer genero de paõ para provimento das casas particulares desta Corte, tirando guia, e mandando certidão do terreno desta Cidade, porque conste, era para a casa, e familia da tal pessoa, que o mandou comprar, se não impida, fazer-se a compra, nem se proceda contra o comprador.

12 Que nenhum Ministro se intrometa a examinar o paõ, que passa pelas terras da sua jurisdicção, nem obrigue a quem o conduz, a q̃ lhe mostre os despachos,

nem se tome denunciação alguma sobre o dito paõ, e se deixe vir livremente para esta Corte, dando-se-lhe toda a ajuda, e favor.

13 Que os Ministros em tudo guardem as disposições das leys, que estão bem claras.

14 Que estas declarações se farão notorias nos lugares publicos, para que venhaõ à noticia de todos, e saibão os povos, que pôde qualquer pessoa trazer trigo de Castella, e introduzillo livremente no Reyno, e conduzillo para esta Cidade, ou para onde melhor lhe parecer, vendendo-o dentro do mesmo Reyno, e se evite a mà intelligencia, que se tem dado às Ordens de sua Magestade sobre este particular. Lisboa 11. de Agosto de 1695.

*Mendo de Foyos Pereira.*

*Cópia da carta do Secretario de Estado para o Juiz de Olivença sobre a mesma materia.*

O Conde das Galvêas me escreveo remetêdo-me a carta de V. M. sobre as duvidas, que a V. M. se offerenciaõ na execução da ordem, que se lhe mandou para devaçar dos atravessadores do paõ, e fazendo presente a S. Magestade esta materia a mandou ver nesta Secretaria de Estado pelos Desembargadores do Paço, presente o seu Procurador da Coroa, e a todos pareceo, que se V. M. tivera visto a *Ord. livro 5.*

*vro 5.*



vro 5. tit. 76. acharia nella resolu-  
tas as meſinas duvidas da ſua car-  
ta, e ficaria conhecendo o que  
eraõ atravessadores, e travessias,  
e que os almocreves podem com-  
prar paõ para carregarem as ſuas  
beſtas, e o levarem a qualquer  
parte deſte Reyno ſem fiança, nem  
licença, e que de Caſtella ſe pô-  
de trazer todo o paõ, e vender-ſe  
livremente, e aſſim he Sua Ma-  
geſtade ſervido, que V. M. guar-  
de a dita Ordenaçãõ com adver-  
tencia, que o manifeſto, que a di-  
ta Ord' no §. 7. manda fazer na pri-  
meira Villa do trigo, que vem de  
Caſtella, he ſõ para ſe lhe deixar  
levar, e vender adonde quizer,  
mas naõ para ſer delicto punivel,  
ſe deixar de fazer o dito manife-  
ſto; e aſſim mais ordena ſua Ma-  
geſtade a V. M. que todas as peſſoas,  
que por ordem do Conde das Gal-  
vêas foraõ comprar trigo a Caf-  
tella, ou o compraraõ neſte Rey-  
no a Caſtelhanos, ou Portugue-  
zes para o trazerem a eſta Corte,  
que ſe naõ reputem por atravess-  
fadores, porque muito mais he a  
ordem do Conde, a quem ſua Ma-  
geſtade encarregou deſta ſuper-  
intendencia, que a licença do Juiz,  
que manda a Ordenaçãõ, a qual  
em tudo ſe deve obſervar; por-  
que pela meſma ley eſtã piſpoſto  
com toda a clareza o que he permi-  
tido, e que he delicto.

42 Pro complemento hujus ca-  
pitis inquirere oportet circa pro-  
bationem, quæ requiritur in deli-

ctis exceptuatis, ut familiares non  
gaudeant privilegio fori? Et ſe-  
miplenam ſãtem eſſe neceſſariam  
affirmant cum *Parex. de instru-*  
*mentor. edition. tom. 1. tit. 2. reso-*  
*lut. 6. à n. 47. Cortiad. decif. 30.*  
*n. 174. & decif. 21. à n. 62. usque*  
*ad 86. ad quod facit Gam. decif.*  
*179. & 281.*

At nos contrariam tenemus  
ſententiam; primò, quia qualitas  
tribuens jurisdictionem, non præ-  
ſumptivè, & per indicia, ſed con-  
cludenter probari debet, *ex l. 2.*  
*§. si dubitetur ff. de judic. Paris*  
*de Puteo de ſindicatu, verb. judex*  
*cap. 2. num. 13. Cortiad. decif.*  
*21. n. 66. ubi alios citat. Secundò,*  
quia familiares, officialesquè San-  
ctæ Inquisitionis habent regulam  
pro ſe, ut à judice ſuo non extra-  
hantur in criminibus, ut patet ex  
privilegijs relatis *cap. 3. n. 61. & ex*  
*Ord. lib. 3. tit. 12. ergo qui intendit*  
caſum eſſe exceptum illum pro-  
bare cogendus eſt, *ex l. finali ff.*  
*quod met. cauſ.* Tertiò, quia ſi-  
milia privilegia ſunt favorabilia,  
ut diximus *cap. 2. & privilegia*  
favorabilia quolibet quæſito co-  
lore non ſunt extirpanda: *Zoez.*  
*ad Decretales ad titul. de privi-*  
*leg. maximè, cùm in dubio tanto*  
maiùs eſt, tanto minùs præſumi-  
tur, ut docuimus *de Recuſationib.*  
*lib. 3. cap. 15. & ita tenent omnes,*  
quos citat in ſimili *Cortiad. decif.*  
*12. n. 62.*



CAPUT XIV.

Utrum familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis gaudeant privilegio fori in crimine resistentiæ, & an magistratui resisti possit, si injustè operetur, & an occidi, aut effringi carceres, & an vis vi repelli cum nece superiorum, Rex ille sit, aut Imperator, & an à litoribus possint impunè occidi, qui resistunt?

SUMMARIUM.

- 1 Familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis in crimine resistentiæ qualificatæ fori privilegio non utuntur.
- 2 Quæ ista sit.
- 3 Milites, & similiter.
- 4 Nisi resistentia fuerit à jure permessa.
- 5 Proponitur an, & quando magistratui resisti liceat.
- 6 De jure naturali cuicumque defensio competit.
- 7 Contra qualemcūque personā.
- 8 Jure etiam divino vim vi repellere licet.
- 9 Magistratui ultrà terminos suæ jurisdictionis procedenti obedire nemo cogitur.
- 10 Similes non Dei ministri, sed diaboli sunt.
- 11 Judici volenti aliquem torquere cōtra jus armis, & amicis convocatis resisti potest.
- 12 Et quod magis est, impunè occi-

- di, si aliter evadere non possit.
- 13 Officialibus excedentibus judicis mandatum resisti potest.
- 14 Resisti potest officialibus, ne quis capiatur, & injustè carceribus mandetur.
- 15 Et in prædicto casu eximi à carceribus valet, convocatis amicis.
- 16 Injustè carceratus potest fugere, si non aufugit puniri potest.
- 17 Potest hoc fieri sine scrupulo peccati mortalis.
- 18 Carcer inter injurias numeratur, & servituti æquiparatur.
- 19 Qui succurrit oppresso per vim, Deo gratificatur.
- 20 Peccat, qui non eripit, si potest commode.
- 21 Juxta inferens vim prædoni, & latroni comparatur.
- 22 Judici seculari injustè volenti reum ab Ecclesia extrahi, resisti potest.
- 23 Et Ecclesiastico.
- 24 Potest occidi Pontifex, & Imperator, ut propriæ salutis consulatur.
- 25 Et pater.
- 26 Clericus in actu missæ insultatus potest insultatē occidere, si aliter se defendere non possit & missam continuare.
- 27 Proponitur cōtraria sententia.
- 28 Resistere Magistratibus gravissimum crimen est.
- 29 Judici etiam violentiam facienti non potest resisti.
- 30 Magistratibus debetur reverentia.

Q

31 Loco



- 31 *Loco Dei sunt partes Principis, & illum repræsentant.*
- 32 *Pro mandatis judicum jura præsumunt.*
- 33 *Ex resistantia judex potest non suditos coercere.*
- 34 *Ex resistantia, secundum aliquos, potest judex secularis Clericum punire.*
- 35 *Qui Magistratuū potestati resistit, Dei potestati opponitur.*
- 36 *Resolvitur questio proposita sub distinctione.*
- 37 *Media sententia inter duo absurda tutissima.*
- 38 *Absurdū est perturbare Rempublicam prætextu violentiæ.*
- 39 *Absurdum est defensionem naturalem denegare.*
- 40 *Regulæ jurium more ovium non sunt sequendæ.*
- 41 *Non ex multitudine est judicandum.*
- 42 *Ea sententia sequenda est, ex qua minus resultat absurdū.*
- 43 *In obedientia superiorum salus Reipublicæ consistit.*
- 44 *Judices justii præsumuntur.*
- 45 *Jussa judicum cum timore, & tremore excipienda sunt.*
- 46 *Referuntur plura absurda, quæ sequuntur ex prima sententiâ.*
- 47 *Efrangentes Carceres, & fugientes etiam innocentes sunt puniendi.*
- 48 *Resistere magistratibus est contra Christi, Apostolorum, & Sæctorum Patrum præcepta.*
- 49 *De fugiente à carceribus, vel resistente post sententiam.*
- 50 *Potius subire mortem debemus, quam in necessariam, justamque defensionem Papam, aut Principem occidere.*
- 51 *Cedere debemus justitiæ, si Princeps criminosos nos punit, fortunæ, si innocentes.*
- 52 *Privatus salutem Principis suæ antepone tenetur, & mortē ex charitate præferre.*
- 53 *Bonus Princeps optandus, malus tolerandus est.*
- 54 *Filius ob suam, necessariamque defensionem patrem occidere non potest.*
- 55 *Clericus insultatus in actu missæ, si insultantem occidat missam continuare non potest.*
- 56 *Magistratui procedenti, omisso ordine judiciali, resisti potest.*
- 57 *Nulla habita ratione damni reparabilis, aut irreparabilis.*
- 58 *Servi non possunt resistere dominis.*
- 59 *Benè tamen in periculo gravi aufugere poterunt, & durate periculo redire non tenentur.*
- 60 *Magistratus, & officiales resistentes occidere possunt, quando aliter non possunt evadere.*
- 61 *Vel quando ad id habent mandatum.*
- 62 *Etiam quando resistantia de jure toleratur, est facienda cum magna circumspectione.*
- 63 *Magistratus, officialesque justitiæ, homines verberare possunt, arcendo turbam.*
- 64 *In casu resistantiæ quomodo contra Ecclesiasticos procedendū est.*



**U**Nus ex casibus seclusis in privilegijs familiarium, officialiumquè Sanctæ Inquisitionis est casus resistentiæ, seu inobedientiæ qualificatæ factæ judici, aut officialibus justitiæ, ut patet *capit. 3. num. 61.* de quo crimine agitur in *Ord. lib. 5. tit. 49. & 50. ubi Barbof.* multos citat, quibus adde *Benedict. Pereyr. in sua Academia, seu Republica literaria lib. 3. disput. 4. quest. 4. num. 19. Barbof. in vot. lib. 1. vot. 66. ubi num. 7. ait,* quod resistentia qualificata, seu defacatum qualificatum tunc dicitur, quando ad manûs operationem deventum sit cum iudice, aut officialibus justitiæ in exercitio justitiæ, ex *l. milites §. irruentes ff. de re militari Paris de Puteo de Syndicatu, verb. resistentia cap. 2. Farinac. quest. 31. num. 45. Cavalcan. de brachio Regio part. 2. n. 55. Caball. resol. criminal. cas. 111. à num. 11. Girurb. conf. 29. num. 26. & 28. Barbof. infrà n. 2. Leit. de jur. lusitan. tract. 3. q. 3. n. 56.* quòd est valdè memoriæ commendandum, quia per solam resistentiam, & defacatum qualificatum nostri familiares, officialesquè forum criminalem perdunt; sicut scholastici, ut docet *Pereyr. dict. num. 119.* & est apud Hispanos *l. 27. tit. 7. lib. 1. recopilationis. ubi Narbon. & fusiùs in l. 20. tit. 1. lib. 4. glos. 18. per tot.* & milites, ut constat ex regimine Gubernatorum armorum,

& auditoris Generalis §. 31. qui omnes limitant, quando resistentia fuerit à jure permessa, prout est, quando tales iudices, & officiales justitiæ ex abrupto procedunt contra jus de facto, quibus tunc impunè resisti potest. *Barbof. ad princip. Ord. lib. 5. tit. 49. num. 2. Farinac. in prax. crimin. lib. 1. tit. 4. quest. 32. num. 45. & 97. Basilio in suis decisionib. criminalib. decis. 10. per tot. Peg. ad princip. Ord. lib. 2. tit. 47. à n. 25.*

Hic autem agitari potest illa non vulgaris quæstio: an scilicet possit resisti judici, vel magistratui, lege id permittente, in eo scilicet casu, si detensio in carceribus sit injusta, si violenta apprehensio, si eadem sit executio officialium, si iniquum, & contra jus iudicis mandatum, an in istis casibus eximi carceratum, impediri apprehensionem, vulnerari satellites, effringi carceres, vim vi repellit liceat, de qua *Almeyd. allegation. 11. Basilio supr. dict. q. 10. per tot?*

Et sanè id quidem fieri posse commune, & vulgarissimum effectum est; cum oriatur ex naturali lege sui ipsius defensionis, unde Romanæ eloquentiæ pater pro Milone, inquit, *hoc, & ratio doctis, & necessitas barbaris, & mos gentibus, & feris natura ipsa præscripsit, ut omnem semper vim quamcumque ope possent à corpore, à capite,*



- à vita suâ propulsarent. Et in *l. itaque ff. ad l. Aquil.* habetur: itaque si servum tuum latronem insidiantem mihi, occidero, securus ero, nam adversus periculum naturalis ratio permittit se defendere, & *l. qui cum maior §. si libertus, & l. 1. §. cum arietes ff. si quadrup. pauper. fecisse dicatur, & l. 3. ff. de justit. & jur.* idem habetur:
- 7 quæ lex cum sit universalis, tuetur pauperem contra divitem, servum contra dominum, filium contra patrem, particularem contra Magistratum, subditum contra Principem. *Less. de justit. & jur. lib. 2. capit. 9. dubitat. 8. Berlich. conclus. 12. part. 4. num. 29. & 30. & qui hos refert, & sequitur Voet. de duello cap. 20. fol. mibi 142.* defensio enim sui ipsius ab omni jure permittitur.
- 8 Nam, & jure divino habetur, quod vis vi repellatur: *proverb. cap. 24. vers. 11. & Psalm. 82. vers. 4.* & de jure gentium id ipsum firmatur Livij testimonio *lib. 42. cap. 41.* & aliorum, probat *David Cusaten. in dissertat. de protect. n. 41.* & quod Magistratui suæ jurisdictionis terminos excedenti, nullo modo obediendum sit, jubet *text. in l. finali ff. de offic. Præf. Urbis,* & sic quodcumque agunt eò est irritum. *l. 170. ff. de reg. jur. & cap. si non à competenti iudice, sed vim, atque injuriam inferunt. l. 3. §. 1. ff. quos met. caus. & l. 15. §. 39. ff. de injur. & tenentur de vi publica. l. 7. ff. ad leg. Jul. de vi public. & habentur loco privatorum. l. nec Magistratus 32. ff. de injur. l. qui fundum §. si tutor. ff. pro tempore, apud privatos verò nulla est jurisdictio l. 3. Cod. de jurisdict. omnium judic. & quod non ut Dei, sed ut diaboli ministri operentur, dixerunt *Farin. in prax. criminal. tom. 4. p. 1. quest. 32. n. 90. Menoch. de præsumpt. præsumpt. 62. num. 16. & alijs.**
- Undè judici, si pertinaciter & contra jus velit aliquem torquere, quod non modo ei resisti possit ex dispositione expressa *tx. in l. omnes Cod. de Decurionib.* Quoniam uti pertinaciæ judicis sui resistat, liberam eidem contradicendi permittimus facultatem, sed armis, & socijs convocatis, reum eximendum, dixerunt *Decius de offic. delegati n. 3. Barbat. cons. 47. n. 10. vol. 1. Graminat. cons. 21. num. 22. & alij,* & quod judex possit impune occidi ab indebitè torto, voluit *Guasin. ad defens. tom. 2. fol. 28. & alij.*
- Et quod executoribus, vel officialibus exequentibus ultra mandatum resisti possit, & executio per vim impediri, concedunt plures textuum dispositiones; ut in *l. prohibitum Cod. de jure fisci* ibi: *sancimus licere universis, quorum interest, objicere manus ijs, qui ad capienda bona alicujus venerint, qui succubuerit legibus, ut etiam si officiales ausi fuerint te-*



nere dictæ legis desistere, ipsis pri-  
vatis resistentibus, à facienda in-  
iuria arceantur, & ibi Barth. &  
alij, qui cum sequuntur, & ex l. 1.  
Cod. quando licet unicuique, & l.  
quemadmodum ff. ad l. Aquil. & l.  
devolutū Cod. de metatis. l. 12. &  
l. adjectos Cod. de Episcop. & l.  
contra nostram 5. Cod. de execut.  
& exact. lib. 12. ibi: Et licebit pro-  
vinciali, si probetur obnoxius ex-  
ecutor contra vêtitam exactiōnē  
sibi vendicans temeritatem legi-  
timè repellere, quem *tx.* exornant  
Bald. Barth. Marsil. Puteus, &  
alij per Farinac. pract. criminali  
tom. 1. q. 32. n. 29. 69. & 88. quam-  
vis executor sit Principis, idem  
Farinac. n. 29. & 30. Narbon. in  
l. 20. tit. 1. lib. 4. n. 81. & 48. fol. 513.

14 Et quòd resisti possit officiali-  
bus nè quis capiatur, & iudici vo-  
lenti injustè carcerare, & eximi à  
vinculis, & carceribus, voluerunt  
*extx.* in l. sed eximendi §. Prætor  
ait Cod. de exact. Gotophred. Lu-  
cas de Penha, Puteus de syndica-  
tu §. an si iudex n. 3. Marsil. in l.  
Cornel. 78. ff. ad leg. Cornel. de si-  
car; & alios referens Salgad. de  
protect. Reg. part. 1. cap. 1. præ-  
lud. 3. n. 85. Farinac. d. q. 32. n. 30.  
Giurb. conf. 29. n. 20. Seraphin.  
in tract. de privileg. jurament. pri-  
vilegio 132. n. 43, & ad id adduci-  
tur mirabilis text. in cap. dilecto de  
sentent. excommunication. lib. 6.  
quòd & fieri posse, & collectis ho-  
minibus, & parato exercitu, &  
omni armorū genere, docuit Bar-

thol. in d. l. prohibitum n. 3. & 4. &  
l. 3. §. cum, qui de vi, & vi armat  
Ertmanus resp. 19. n. 510.

Et quòd carceratus injustè non 16  
modò possit impunè aufugere,  
sed si non aufugiat, quod fit ca-  
pite puniendus, voluit Reminal.  
conf. 135. n. 4. vol. 2. Guasin. de-  
defens. 5. circa capturam cap. 4. n.  
24. & alij, & quod ruptis etiam  
carceribus dixit Mascard. de pro-  
bat. conclus. 265. num. 16. Immodò  
& ad hoc convocari poterunt ami-  
ci, affines, & extranei, ut auxilio  
præsto sint, qui id impunè præsta-  
bunt, voluit Cavalcan. de brachio  
Regio part. 1. num. 21. & multa ad  
rem adducens Boer. de duellis cap.  
20. per tot. ubi quòd etiam hoc 17  
possit fieri absque scrupulo pecca-  
ti mortalis, & citat Obrecht. de  
necess. defens. cap. 6. n. 33. de quo  
plura Muta ad cap. Regni tom. 2.  
& Regis Federici capit. 7. tom. 2.  
num. 23. & 24. cum carcer inter  
injurias annumeretur, ex Bald. in 18  
l. per divers. Cod. mandat. Roland.  
conf. 18. num. 5. lib. 3. & conf. 20.  
num. 10. lib. 1. immodò & servituti,  
& tormento comparatur l. si apud  
§. questionis. l. si hominem ff. depo-  
siti, & quod producat præjudi-  
cium irreparabili Bald. in l. si cleri-  
cus column. 2. Cod. de Episcop. au-  
dient. & alij per Farinac. q. 27.  
per tot.

Undè quòd, qui per vim op- 19  
presso per vim succurrit, rem corā  
Dei, & mundo justam facere di-  
xit Angelan d. §. Prætor ait n. 1. ff.



- ne quis eum, qui in jus; proinde ex sacris literis deducitur, quod succurramus oppressis, ut ex *Plal. 82. vers. 4.* & quod liberemus eos, qui ad mortem trahuntur, ex *Proverb. 24. 2.* & ex alijs *Scripturae locis* quæ eleganter congerit *Ernest. loc. citat. n. 489. per plures,* &
- 20 non solum eripiens non peccat, & non punitur, sed etiam peccat, qui non eripit: *cap. non referenda 23.*
- 21 *q. 3. cap. scire vers. 23. q. 8.* & 92. proinde iudex non solum privatae personæ, sed homini vim inferenti, prædoni, & latroni comparatur à *Luc. de Pen. in l. 1. Cod. de comment. lib. 12. Odofred. in d. l. sed eximendi. d. §. Prætor ait Boss. in tit. de cap. n. 4. & 5.* & quod possit armis resisti iudici sæculari volenti extrahere laicum ab Ecclesia, &
- 23 etiam Ecclesiastico, si fuerit extractio facta, non servatâ formâ *Gregoriana* constitutionis, dixit *Marius Italia lib. 1. cap. 6. n. 50. §. 2. de immunit. & longo ordine Ecclesiast. ex cap. non vi inferenda 23. q. 3. & cap. error dist. 83. & cap. negligere 2. q. 7.*
- Cuilibet est hominū sua jura tueri Quodque resisto tibi, nō potest inderi.*
- 24 Et demum, quod non modò resistere, & se defendere, sed licitum sit opprimere illum, qui velit offendere, iudex ille sit, Magistratus, Imperator, Pontifex, quos impunè occidi posse, quando aliter vitæ periculum salvari non possit, docuerunt arg. *l. sed,*
- & si quemcumque, & *l. quemadmodum §. Magistratus ff. ad leg. Aquil. Farinac. in prax. crimin. part. 4. tit. 14. q. 125. n. 34. Harpetr. de public. judic. tom. 4. fol. 1260. n. 230.* & alij ab his laudati longo numero, qui etiam defendit in patre, ut possit à filio ob suæ vitæ defensionem occidi, & quod si Clericus in actu missæ celebrationis fuerit insultatus, possit insultantem occidere, & deinde missam proseguere, dixerunt *Clar. lib. 5. sententiar. §. homicidium num. 76. & alij adducti à Carpzov. prax. crimin. part. 1. q. 32. fol. 150. num. 7.* cū interfectus ab invaso à se ipso occisus dicatur, ex *Panormitan. in cap. Clerici n. 2. de vita & honest. Clericor. & alij apud eundem Carpzov. n. 8. loc. citat.*
- Verum contrariam alij docent sententiam, & audent contra tantum DD. agmen adversam aciem sustinere, quod laudi Decio datum legimus, cui solus semper contra omnes pugnam arripere animus fuit, sustinent. Itaque, quod resistere Magistratibus magna atrocitas sit: ex *l. Prætor edixit 7. §. atrocem ff. de injur.* & quod debeatur omninoda obediencia, etiam si gravamen, & vim inferat Magistratus, & ita limitant legem *ut vim ff. de justit. & jur. ubi gloss. 1. in princip. & vers. si quid à potestate, & ibi Bologneto num. 54. & 60. in fine vers. ex quibus,* ubi docet regulam generalem, quod iudici



dici resisti non possit, etiam facienti violentiam. *Bart. ibidem n. 3. Alberic. n. 6. Angel. n. 2. Paul. Castrens. n. 6. Fulgos. n. 1. Jason. n. 19. Cin. in l. 1. cap. unde vi tit. 10. & ibi Alberic. n. 16. Salicet. n. 13. Soccin. regula 442. Duenb. regula 192. limit. 4. Placa de delicto. cap. 28. n. 19. vers. tamen si non desunt. Mascard. de probat. lib. 3. conclus. 1126. n. 57. Carrer. in pract. crimin. tract. de homicid. & assassin. §. circa secundum n. 7. & à n. 14. Farin. q. 32. n. 86.* Ratio est, quia Magistratibus debetur reverentia, cum loco Dei sint. *Apostol. ad Roman. 13. cap. non solum 27. & cap. qui malos 29. q. 5. caus. 23. n. 90.*

30 *Menoch. de præsumpt.* Principem etenim repræsentat, & sunt pars ejus corporis. *l. quisquis. Cod. ad lege. Jul. Magest. & nos latè de Recusationib. 3. cap. 15. noster Senator Almeyd. alleg. 11. per tot. Cortiad. decis. 236. per tot.*

32 Et quod semper præsumendum sit pro Magistratu, & justitiâ ejus mandatorum; *glossa in l. 2. verb. quod non arbitramur. Cod. de offic. civil. jud. l. fin. Cod. ad l. Jul. repetundar. cap. 16. in fine de sentent. & re judic. Alciat. de præsumpt. regul. 3. præsumpt. 9. in princip. Harpret. §. 11. n. 63. & §. 12. n. 165. de injur. & quod ex resistentiâ judex potest non subditos coercere *Bart. in l. 4. ad l. Jul.**

33 *Gratian. regul. 406. & quod Clericus in resistentiâ punitur à judice sæculari. Clar. lib. 5. §. fin. q. 36. n.*

27. ad quod facit *tx. in cap. perpendimus de sentent. excommunicat. & testatur de hac practica Guill. de Bened. in cap. Raynuntius, verb. & uxorem n. 16. unde illud Apostol. ad Romanos: qui potestati resistit Dei Ordinationibus, qui autem resistunt ipsi sibi damnationem resistunt. Cortiad. decis. 236. per tot.*

Tertia inter has accessit sententia, & distinctio, quæ est *Baldi in l. ut vim n. 21. ff. de just. & jur.* docens, quod si vis illata à Magistratu, vel judice contineat damnum irreparabile, licetè resisti possit: *arg. l. 1. Cod. quand. unicuique liceat, & l. licet Cod. ad l. Cornel. de sicar. & in l. 33. Cod. de Decurionib.* aut verò contineat damnum reparabile, & tunc recurri poterit ad remedia à jure in his casibus disposita, ut in *leg. 3. §. 1. ff. quod met. caus. & l. 5. §. 4. Cod. de pæn. judic. qui male judicant, vel si non constet, & dubitari possit de notoria injustitia, & Bald. sequuntur *Marant. disp. 1. num. 35. Clar. q. fin. q. 29. num. 2. Seyfell. in d. l. ut vim n. 21. ff. de justit. & jur. & alij per *Farinac. dict. q. 32. n. 93.***

Quæ sententia mihi summo-  
perè arridet, & moveor ad eam  
sequendam, quia media sententia  
est, quæ tutissima est, quando duæ  
æqualia continent absurda: *argum. q. ultim. Inst. quib. ex caus. manumittere non licet. q. cum ex eo alieno Inst. de rer. division. Ge-  
org.*



- org. *Federic. in Decad. Thes. per saturam thes. 6. apud Basilienses.*
- 38 Prima enim continet irreverentiam Magistratûs, & licentiam perturbandi Rempublicam sub prætextu vis, & violentiæ à Magistratibus, & iudicibus illatæ, & sic aperiretur janua licentiosius agendi contra superiores, quod non est permittendum, & est absurdissimum: *l. 37. ff. de rei vendicat. Frederic. Mendan. de mandat. judic. lib. 2. cap. 13. n. 33. & 34.*
- 39 Secunda verò repugnat legi naturalis defensionis, qua quis, & jure Divino, & humano ad propriam salutis tutelam etiam inimici cæde admittitur: unde in *l. 45. §. penult. ff. ad legem Aquilianam* nullam calumniam ob homicidium ad sui defensionem factum mereri dicitur, & clariùs exprimitur in *l. 3. Cod. ad leg. Cornel. de sicar. ibi: quia defensor propriæ salutis in nullo peccasse videtur.*
- 40 Et sic media inter has dissentientes opiniones melior est; neque enim vulgares juris regulæ semper sequendæ sunt more avium, quæ una trans aliam transvolat. *Faber in juris prudentia Papianianæ tit. 6. princip. q. illation. 2.*
- 41 neque melior opinio censenda est ex multitudine Authorum, qui illam sequantur, non enim multitudo errantium facit errori patrocinium, nec facit jus. *l. 1. §. sed neque Cod. de veter. jur. enucleand. ibi: Non ex multitudine, sed quod æquius, meliusvè est iudicatore. l. ob carmen 21. §. fin. de testib. l. sed licet 12. ff. de offic. Præsid. & ibi Bart. ea enim sequenda est, ex qua minùs sequitur absurdum. l. salvius ff. de legat. præstand. & l. quamvis ff. de in jus vocand.*
- Secundo me movet firmum illud fundamentum tranquillitatis, ac quietis vitæ civilis, quod stabilitur, & innititur in illo ordine superiorum, & inferiorum, mandantium, & parentium, in quo veluti in gemino asse totius Reipublicæ salutem consistere docuit *Aristotel. in Politic. cap. 1. asserens idem in hominibus esse imperium, ac in viventibus harmoniam, in qua benè regulata, & servata partium divisio concentum operetur; proinde inquit Tacitus: Principibus summum jus Dij dedere, subditis obsequij gloria relicta est:* Qua quidem imperandi, & parendi ordinatione, & subjectione coalescit, & continetur ille spiritus, quo millia populorum agmina trahuntur, ac reguntur, aliàs non futura, nisi onus, & præda, quod esse Divinæ providentiæ in Conservatione Civilis Societatis Universi admirabile arcanum, & prodigium ex pluribus Scripturæ locis probat, & docet *Vasquius illustr. 1. cap. 1. n. 23. & capit. 21. num. eodem, & alios ad id referens. Jacobus Vinter. dissert. politica de Republica tom. 6. in disp. Basiliens. n. 7. litera 5555. à num. 3. & 8.*

Proinde



- 44 Proinde semper pro justitia mandatorum judicis jura præsumunt. *l. 9. in fin. ff. de offic. Præsid. l. 2. §. publicanus ff. de vi bonor. raptor. l. nimis Cod. de acquirend. possess. capit. in præsentia de renunciat.* Præsumitur enim juxta jus pronunciare. *l. miles §. Decem ff. de re judicat.* & pro Magistratu *l. 2. in verb. quod non arbitramur Cod. de offic. civil. judic. & l. fin. Cod. ad leg. Jul. repetundar.* proinde Ægitiij credebant cum his judicantibus Angelos assidere, & proinde post eos nonnullas vacuas sedes relinquebant, quod ab Hæbreis acceptum refert Joan
- 45 *Bolin in Demonomantia,* & sic eorum judicia, & decreta cum timore, & tremore excipienda esse docent Sancti Patres, quod si quis se gravatum sentiat, ad superiorem recurrat, si non detur ad Deum, non enim licet inferiori contra factum superioris venire: *l. penult. §. penult. ff. de aqua plu. arcend. argum. l. Herennius §. 1. ff. de evict.*
- 46 Tertio, quia sequeretur, quod quilibet esset judex in causa propria, quod nemini permittendum jubet *lx. in l. 1. Cod. ne quis jus sibi ipsi dicat, & l. nulli 10. Cod. de judic. l. extat 13. ff. de eo quod met. caus. l. penult. ff. ad leg. Jul. de vi privat.* non enim singulis est permittendum, quod est proprium Magistratus,
- ne remedium sit gravitis malo: *leg. non est singulis 176. ff. de regul. jur.* & sequerentur scandala, & tumultus, & civitates replerentur confusionibus, cædibus, ac delictis; nam frangerentur carceres, impunè vulnerarentur satellites, resisteretur, & manus inferrentur judicibus, & Magistratibus, & vi, & armata manu quisque se defenderet, quod esset malum quorumvis majorum gravissimum, mali exempli, & scandali, & quod facile ad alios serperet; nec esset Republica sub uno capite, sed tot essent, quot Principes, quod esset evertere institutum vitæ civilis de
- Lugo de justitia tom. 1. disp. 10. sect. 2. n. 65. fol. 267.*
- Quarto expressa dispositione juris effringentes carceres, & ab ijs aufugientes etiam si innocentes ex crimine fuerint sunt puniendi. *l. 13. ff. de custod. & exhibition. reor. ibi: in eos, qui cum recepti essent in carcerem conspiraverint, ut eruptis vinculis, & effracto carcere evadant amplius, quam causa, ex qua recepti sunt reposcit constituendum est, quamvis innocentes inveniantur ex eo crimine, propter quod impacti sunt, in carcere tamen puniendi sunt.* Undè, quod fugiens à carceribus etiam si se ad superiorem contulerit dignus sit punitione defendit *Caball. resolut. crim. cas. 42. per tot.* idque probat



bat ex text. in l. non omnes in princip. cum glossa in verb. sortis, & in §. qui in desertione ff. de re militari, & l. non omnes in princip. cum glossa, & in §. qui in desertione, asserens, quòd iniustitia capturæ operatur minorem punitionem, & ita in causa fugæ à carceribus ipsum decidisse, ejusdemquè sententiæ est Fachin. libr. 9. capit. 72. & Boer. decis. 215. num. 22. quos sequitur Matheu de re crim. titul. de Carcere, & carcerat. num. 4. fol. 284. & in l. milites §. irreverentèr ff. de re militari, miles, qui dum castigare velit Centurio ei vitam tenuerit, militiam mutat si fregerit ex proposito, vel manum intulerit, capite punitur, nullâ habitâ ratione distinctionis, justè ne, an injustè id processerit. Undè apud Aristotelem si Magistratus aliquem verberavit, non est verberibus afficiendus, cujus verba ex Græco transcripsit Grot. de jur. belli lib. 1. cap. 4. n. 2.

48 Demùm hæc resistentia adversaretur præceptis Christi, Apostolorum, & omnium Sanctorum Patrum, & nihil priùs in Evangelio, aut ab ejus præconijs, ac Magistris Apostolis nobis Christianis vehementiùs inculcatur, quàm obedientia Magistratuùm superiorum Principum; proindè Dominus Christus dari jussit Cæsari, quæ erant Cæsaris, & tyrannis persequentibus jussis cedere,

& discusso calcorum pulvere ad alium locum pertransire, & Paulus: qui obsistit potestati, Dei Ordinationi obsistit; eâ ratione: Dei enim minister est, qui potestate fungitur; & Divus Petrus Epistola 11. & 12. Regem honore, servi, subditi estote cum omni timore Dominis non solum bonis, & æquis, sed etiam duris; & addit: Quæ enim gloria est si peccantes, & cõlaphis cæsi subsistitis, sed si benè agentes, & tamen malè habiti subsistitis, hoc cedit vobis gratiæ apud Deum, & iterum Paulus; Servi, obedite dominis carnalibus cum timore, & tremore in simplicitate cordis vestri, sicut Christo, non ad oculum servientes, quasi hominibus placentes, sed ut servi Christi facientes voluntatem Dei ex animo cum bona voluntate servientes sicut Domino, & non hominibus. Apud verò Sanctos Patres triumphat in hoc argumento eloquentia, & zelus Christianæ obedientiæ, & humilitatis. Unde Ambrosius libr. 5. oration. in Auxeat. Dolere poterò, poterò flere, poterò gemere adversus arma, milites, Gotos quoque lacrimæ mea arma sunt & Divus Augustinus de Civitate Dei libr. 22. de eodem argumento scribit: Nequetur Civitas Christi, quãvis adhuc peregrinaretur in terris, & haberet tam magna agmina populorum adversus iniquos persecutores pro temporali



porali salutem pugnare, sed potius ut obtineret æternam, non repugnare, ligabantur, includebantur, & multiplicabantur, non erat eis pro salute pugnare, sed salutem pro salute contemnere.

Quod idem pluribus Sanctorum Patrum adductis authoritatibus exornat Grotius de jur. belli libr. 1. capit. 4. per tot. addens, quod vim vi repellere licet, fuerit axioma Ethnicorum, non autem Evangelij, vel Christianorum adversus Magistratum, & in casu, quo Magistratus aliquid etiam contra Dei legem præcipiat, quod non sit parendum, sed nec armis resistendum, sed vel ab ejus dominio discedendum, vel quo alio dulciori modo reparandum sustinet in Colleg. polit. exercitio 15. n. 1. quæst. 1. Christianus Marchicus. Unde Scribanus Instit. Politic. Christian. capit. 7. fol. 130. ita scribit: *Verum quid si impium nactus Principem fueris? Vis non timere potestatem? Bonum fac, & laudem habebis ex illo, Dei enim minister est tibi in bonum, & si impia imperaverit, nemo dixerit sequendam impietatem.* Verum: quis vetet armata manu impia imperia pelleret? Non docemur arma à Martyribus, nec evocavit caelestes legiones Christus noster, cum posset in Herodem, Pilatum, Judæos: pati Christianum est nunquam ne arma? Pro Principe arma contra illum nulla; & mox

quid si vim amoveat? Admovit. Nero, Domitianus, Diocletianus, Decius, Julianus, reliquique Neronis de impietate successores, nec Christianorum quifquam ferum ferro repulit, & monet Apostolus: *nulli malum pro malo reddente, maxime Principi, & quid vis vindictam?* Audi Dominum mihi vindictam, & post discussum plenissime argumentum, subdit: Quod de Principe dixi, de omni superiore dictum velim.

De fugiente vero à carceribus, vel se defendere post sententiam condemnationis, & ante, videas Lug. tom. 1. disputat. 40. sect. 4. per tot. fol. 673.

Ad illud vero, quod possim occidere Principem, papam, Imperatorem volentes me occidere, melior mihi videtur contraria sententia, quod immò in istis casibus mors subeunda sit ex præceptis Salvatoris nostri, & Apostolorum, & favore publicæ quietis, quæ licet videatur habere aliquid iniquitatis, tamen his respectibus propriæ defensione anteferenda est: *l. ad ea 200. ff. de regul. jur.* Unde in lege non omne habemus, quod non omne, quod licet, honestum est: Quis enim in eum manus injiciat, qui in omnes vitæ, necisque jus habet? Quem loco sui Deus proposuit? Qui supra legem est? Unde Seneca: *Rex est, si nocentem*



tem punit cæde justitiæ, si in-  
 51 nocentem cæde fortuna; Quem  
 locum ad idem adducit Ma-  
 theu de re crimin. id ipsum defen-  
 dendo titul. 16. Sicar. capit. 3. n.

52 6. Ratio est, quia privatus sa-  
 lutem Principis suæ antepônere  
 tenetur, & mortem ex charitate  
 præferre; argumento leg. 1 §. jux-  
 ta hoc 28. ff. de Senat. Consultu.  
 Syllan. etiam si vim inferat, &  
 occidat: ex Soto lib. 5. de justit.  
 & jure art. 8. quæst. 1. quem alle-  
 gat Obrecht. defens. cap. 6. num. 1.  
 Undè exempla etiam homici-  
 dij involuntarij in Reges Ma-  
 gestatis pœnis vindicatis adducit  
 D. Thom. 2. sentent. distict. 46.  
 quæst. 2. articul. 2. & opuscul. 20.  
 de regimin. Princip. capit. 6. &  
 qui hos citat, & sequitur alios ad-  
 ducens de securitate. Bechius n.  
 144. tom. 2. p. 1.

53 Undè Tacitus docet, Bonos  
 Principes voto optandos, quales-  
 cumque tolerandos. De patre verò  
 54 mihi arridet opinio prohibens fi-  
 lio ob sui defensionem patris cæ-  
 dem, quidquid in contrarium de-  
 fendat Harpret. loc. supr. citat.  
 prout eam docent Bodin. de Repu-  
 blica lib. 1. cap. 4. & alij per eum-  
 dem Harpret. citati. De Clerico

55 verò missam celebrante idem dicē-  
 dum est, quia, cum homicidio sive  
 peccato mortali, quomodo pote-  
 rit Missam profequi? Homici-  
 dium enim, quod fit lege non ju-  
 bente, sed excusante, & permit-  
 tente esse peccatum mortale, par-

ticulari de hoc quæstione proba-  
 vimus ex Grosio, & Harpreto.

Ad dispositionem verò tex-  
 tum in contraria sententia loquē-  
 56 tium responderi poterit, quòd re-  
 sistentia licita sit, quando judex,  
 aut Magistratus, omisso ordine  
 judiciali, vim inferat; in hoc enim  
 casu, cum operetur ut privatus  
 resistentia erit licita, ex tx. in l. 5.  
 & 7. Cod. de jur. fisc. l. fin. §. ne-  
 que Cod. de discussor. & l. 33. Cod.  
 de Decurionibus lib. 10. & leg. 5.  
 Cod. qui milit. possunt, & l. 5. Cod.  
 de metat. & l. 5. Cod. de executo-  
 rib. & exactionib. lib. 12. Novel.  
 8. cap. 10. nulla habita ratione  
 damni reparabilis, vel irrepara-  
 57 billis. Peregrin. de jure Fisc. Al-  
 ciat. & alij per Farinac. quæst.  
 32. num. 23. de quo plura apud  
 Bechium de securitate in dispu-  
 tat. Basiliensi n. 171. secus vero in  
 alio casu.

Quod si quæeratur: an servi li-  
 58 citè possint dominis resistere?  
 Dicendum est ex antecedentibus  
 nullo modo esse permiffum. Ratio  
 est, quia si non potest resisti Ma-  
 gistratui, neque dominis, qui  
 sub tutela Magistratum sunt,  
 ita idem Grotius lib. 3. cap. 7. de ju-  
 re in captivos num. 7. benè verum,  
 quod in casu metûs, occisionis,  
 59 vel mutilationis, aut gravis dam-  
 ni poterunt aufugere, nec redire,  
 durante periculo; ita Molin.  
 Rebell. Sanch. lib. 1. consil. capit.  
 1. dubitat. 9. & alij laudati à  
 Delug. disput. 3. sect. 2. de justit.



Et jur. tom. 1. n. 21.

60 Quæram etiam, si resistatur officialibus justè exequentibus, an isti possint impunè resistentes occidere? Et negativè respondendum est, & panâ extraordinariâ puniendos, nisi de hoc haberent speciale mandatum, vel si delictum sit atrox, vel si resistens nullo alio modo, quàm occidendo officiales, possit evadere, quam

62 sententiam defendit Harpret. de public. judic. §. item lex 5. n. 232.

& cum eo alij. Hactenus Hyeronimus Basilicus in decis. crimin. Curie Regni Siciliae decis. 10. quam totam hic transcripsimus, quia nullum Doctorem adhuc invenimus, qui de materiâ hac quotidianâ tam benè, ac clarè scripsisset, licèt Almeyd. allegat. 11. per tot. de ea egisset, qui n. 15. advertit magnâ cum circumspectione resistendum esse judici, officialibusquè justitiæ, etiam in casibus, quibus de jure resistentia toleratur, & n. 17. docet, ac refert plures casus, in quibus judici, vel officiali licet homines verberare, videlicèt, arcendo turbam, quos omnes congeffit gloss. incap. si quis suadente 17. q. 4. & in l. quemadmodum §. & Magistratus ff. ad l. Aquil. Platèa in l. nemo carcerem 2. Cod. de exactorib. lib. 10.

63 Quæram postremò: an judex sæcularis possit punire Clericos, & Monachos sibi resistentes? In hac quæstione duæ sunt sententiæ, alia affirmativa, pro quâ infinitos

64 citat Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 23. cap. 4. num. 111. & 112. alia negativa, pro quâ etiam citat infinitos n. 114. & 115. ubi docet, quòd tantùm potest judex eos capere, & captos remittere ad suum judicem. Vide, quæ diximus de Recusationib. lib. 3. cap. 15. per tot. & circa materiam in terminis Cortiad. decis. 236. per tot.

65

66

### CAPUT XV.

Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis delinquentes in officijs publicis, an gaudeant privilegio fori?

### SUMMARIUM.

- 1 Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis in delictis commissis in publicis officijs privilegio fori non gaudent.
- 2 Hoc in toto Orbe Christiana prædicatur.
- 3 Qui officia publica subeunt ad scientiam, ad illorum exercitium necessarium tenentur.
- 4 Aliàs sunt in culpa.
- 5 Medicus per imperitiam occidens puniendus est.
- 6 Judex peccat mortalitèr accipiens officium, si adversus potentes procedere, se esse incapax agnoscit.
- 7 Accipiens officium ex imperitia, & malitia est puniendus.
- 8 Equè punitur commitens, aut



- aut omittens.
- 9 Qualiter puniendus injustè operans contra partes.
- 10 Qualiter teneantur ex imperitiâ.
- 11 Qualiter ex dicidiâ.
- 12 Qui munera publica subeunt, peritè, & fidelitè exercere tenentur.
- 13 Quando quis dicatur in officio delinquere, remissivè traditur.
- 14 Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis, sivè delinquant per commissionem, sivè per omissionem, privilegio fori non gaudent.
- 15 Clericus est exemptus à jurisdictione seculari.
- 16 Attamen delinquens in officio publico seculari à judice seculari puniri potest.
- 17 In tali casu quomodò sit puniendus.
- 18 Traditur ratio.
- 19 Clerici sequestres, depositarij, tutores, & curatores coram judice seculari conveniri possunt.
- 20 Referuntur, qui contrarium docuerunt.
- 21 Ubi judex secularis potest cognoscere contra Clericum, sententiam per se executioni mandare potest.
- 22 Plures in contrarium numerantur.
- 23 In quibus bonis executio fieri debeat.
- 24 Monetarij delinquentes in of-

ficijs publicis fori privilegio non gaudent,

**O**B errores, & delicta commissa in publicis officijs possunt familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis cōveniri coram judice illo, ad quem de jure pertineret punitio delictorum, seu errorum, si familiares, officialesque non essent, quia tam in hoc regno, ex expresso privilegij tenore, quàm in toto ferè Orbe Christiano, non gaudent privilegio. *Narbon. in l. 20. gloss. 2. n. 109. tit. 1. lib. 4. recopilation. Solorz. de jur. Indiar. tom. 2. lib. 3. cap. 24. num. 75. latè Carlev. de judic. tit. 1. disp. 2. à num. 516. usque ad num. 522. Cortiad. de cis. 30. n. 95. Matheu de regimin. Valentie cap. 7. §. 3. num. 37. & 38. Oter. de officialib. Reipubl. cap. 12. n. 21. Villadiego in politica cap. 5. §. 20. num. 147. Giurb. cons. 96. Caval. de cognition. per viam violentiæ 1. part. gloss. 15. num. 17. & 18. & q. 23. num. 9. & 10. Simanch. de Catholic. institutionib. tit. 41. n. 19.*

Ratio hujus exceptionis est, quia qui officia Reipublicæ subeunt, tenentur sui officij scientiam habere; quoniam qui se imperitos, & insipientes, agnoscen-tes ingerunt, aut ingeri patiuntur negotio, cujus artem ignorant, sunt in culpa, ex *tx. in l. Julianus 13. §. quod autem ff. action. empt. ibi: quid tamen si ignoravit quidem*



dem furem esse, asseveraverit autem bonæ frugi, & fidum, & card vendidit? Videamus, an ex empto teneatur: & putem teneri. At qui ignoravit, sed non debuit facile quæ ignorabat asseverare; inter hunc igitur, & qui scit, interest qui scit, præmonere debet furem esse, hic non debuit facilis esse ad temerariam indicationem l. si servus servum 27. §. penult. ff. ad leg. Aquil. l. 2. §. servus ff. de orig. jur. ubi turpè reputatur ignorantia juris in quo versatur *tx. in §. imperitia Inst. lib. 4. tit. 3. de leg. Aquil. §. 8.* ibi: imperitia quoquè culpæ adnumeratur, veluti si medicus idè servum tuum occiderit, quia male eum secuerit, aut perperam ei medicamentum dederit. Hinc est quod qui indignè suscipiunt munus, peccato similiter subjiciuntur: *ex capit. non est putanda 1. quæst. 1. Innoc. in cap. cum in cunctis de elect. & sequitur Panormitanus ibi num. 4. Davallos in director. judic. Ecclesiastic. fori cap. 3. num. 16.* ubi ponit exemplum in eo, qui noscens se contra potentes sententiam ferre non ausurum iudex efficitur, contra illud Ecclesiast. cap. 7. ibi: noli querere fieri iudex, nisi valeas virtute iniquitates interrumpere, ejusquè obligationes diligentissimè adimplere, *ex l. diligenter 5. ff. mandati:* nam si officia sua malè gererent, vel ex malitiâ, vel ex imperitiâ, vel ex disidiâ, rei criminales, & civiles effecti sunt, ut diximus in

*rubric. de muner. judic. orphanor. 2. part. & tract. 1. lib. 2. cap. 5.*

Malitia ex commissis, vel neglectis dolosè odio, prece, pretio, vel amore; tunc enim tam committens, quàm negligens non solum ad interesse partis, & veram litis æstimationem tenebitur, verum etiam criminaliter conveniri & accusari potest juxta malitiam, & excessûs qualitatem, juxta glossam in cap. hoc etiam 2. q. 6. & comprobatur *ex cap. cum æterni tribunal 1. de re judicat. in 6. ubi latè Barbof. à num. 1. usque ad 10. num. 14. nos latè de muner. judic. Orphanor. in rubric. 2. part.* Et similiter condemnandus ad litis æstimationem parti læsæ refarciendam, quam non potest repetere à parte, in cujus favorem injustè operatus fuit *Barbof. n. 12. Avilles in cap. Prætorum verbo si el num. 74.* Jure Authenticorum etiam condemnatur in triplum, si Civilis causa sit, si autem sit criminalis, confiscatione omnium bonorum, ac in exilium mittitur, ut in *Auth. ut litig. in exort. litis jur. §. si quis autem, & §. hoc quoque collation. 9. & in Auth. novo jure. Cod. de pæn. jud. qui malè judicavit;* jure autem Codicis pecunia corruptus punitur, *ex l. Julia repetund. ut in l. 2. Cod. eodè tit. sin autem absque pecuniâ corrumpatur, pænâ falsi punitur.*

Imperitiâ, ex commissis, & neglectis per imperitiâ partes lædentes, quia tenentur in quantum bono

5

6



bono viro æquum videtur. *l. si fili-  
lius 15. ff. de judic. l. ex maleficijs  
§. si iudex ff. de actionib. & obli-  
gationib. Menoch. de arbitrar.  
cas. 339. per tot.* Verùm tamen  
si imperitia fuerit supina, & cras-  
sa, veluti si erraverit in rebus cer-  
tis, & à jure determinatis, quia  
tunc dolo æquiparatur, & tene-  
tur negligens ad veram litis æsti-  
mationem, vel boni viri arbitrio  
relinquitur, ex *gloss. in princip.  
Instit. de obligationib. quæ ex  
quasi delict. Avilles in cap. Præ-  
torum cap. 1. gloss. no lo supieren  
à num. 1. usque ad 14. & gloss. ni  
consentiran à num. 1. usque ad  
n. 28.*

7 - Desidia ex omissione circa ad-  
ministrandas res, vel justitiam, ve-  
luti quando potuit de facto suple-  
ri, & omisit, quia tunc si ex hac  
negligentiâ, vel omissionis specie  
aliqua pars lædatur, vel grava-  
men aliquod illi inferatur, quo-  
tiescunque de eo liquido consti-  
terit, illud resarciendum; quia  
officiales, qui maleficia dissimula-  
tione non vindicarunt, acriter  
sunt puniendi, ex *l. 1. Cod. de de-  
fert. lib. 12.* & tamquam socij cri-  
minis plectendi, ex *l. si quis in hoc  
genus. Cod. de Episcop. & Cle-  
ric. leg. fin. Cod. ne sacr. bapt. itere-  
tur. Avill. supr. n. 12.*

8 - Undè cum qui munera publica  
administranda suscipiunt tenean-  
tur peritè, fidelitè, & diligen-  
tè ea administrare, meritò si vel  
ex malitiâ, vel ex imperitiâ, vel

ex desidia Rempublicam fallerent,  
privilegijs non gaudent quando  
in officijs delinquant, vel com-  
missione, vel omissione.

Quando verò dicantur in offi-  
cijs delinquere, agit *Valensuel.  
conf. 35. n. 3. & conf. 91. n. 28. &  
49. Mastrilb. de indult. cap. 4. n.  
9. & 10. Thor. in compend. decis.  
verb. officialis delinquens 1. part.  
Grat. forens. cap. 184. num. 35. &  
36. Bajard. ad Clar. §. fin. quæst.  
35. n. 13. & 73. n. 1. & 2. Sesse de  
inhibition. capit. 1. §. 3. num. 1.  
Narbon. in l. 20. gloss. 20. num. 55.  
Capic. Latr. conf. 67. lib. 1. Me-  
noch. de arbitr. cas. 394. n. 99. &  
122. Riccius decis. 289. num. 5.  
p. 2. Ludovic. decis. 225. n. 6. Bo-  
badilb. lib. 2. polit. cap. 2. n. 68. &  
cap. 8. num. 5. & cap. 21. n. 118.  
Suelves conf. 22. num. 45. lib. 3. Gi-  
urb. conf. 44. & 95. num. 47. &  
conf. 72. & 76. Gam. decis. 35. Ro-  
ta divers. decis. 754. & 812. 1. p.  
Farinac. in prax. 1. part. quæst. 19.  
à num. 43. Matheu de re crimina-  
li controvers. 71. num. 11. ubi pro  
regulâ tradit delicta in officio com-  
missa dici omnia, quæ fiunt au-  
thoritate, prætextu, vel colore  
officij *Tolero in prax. verb. au-  
diuntur num. 140. in puncto Pa-  
ram. de defension. jurisdiction.  
Sanctæ Inquisitionis cap. 7. n. 16.  
cum seqq.**

Vel enim familiares, officiales-  
quæ Sanctæ Inquisitionis in officijs  
delinquant per commissionem,  
vel per amissionem, utroque in  
casu



casu privilegio non gaudent, quamvis in delictis omissionis contrarium asseveravit *Narbon. dict. gloss. 20. num. 2.* quia contraria sententia est verior, ex *Carlev. dict. tituk. 1. disp. 2. num. 515.* qui quidem *num. 516. usque ad 521.* *Narbonæ* fundamenta diluit. *Cortiad. decis. 30. num. 95. Sorlorz. de jur. Indiar. libr. 3. cap. 24. n. 75.*

11 Confirmatur primò ex eo; quia Clerici sunt exempti à jurisdictione sæculari, quæ respectu illorum non solum est incompetens, sed incapax; & tamen si delinquant in officijs publicis, à iudice sæculari sunt puniendi pro criminibus commissis in officijs pænâ pecuniariâ, aut suspensionis, vel privationis ab officio, exceptâ corporali, quam illis infligere debet iudex Ecclesiasticus, ad quem remittendi sunt. *Pereyr. decis. 58. n. 26.* ubi agit de Clerico, qui Principi sæculari inservit in aliquo tribunali; quâ de re *latissimè Cortiad. decis. 224. per tot.*

12 Rationem istiusmodi assertionis tradit *Cancer. var. 3. p. cap. 8. n. 109. & 110.* quia tunc iudex sæcularis non dicitur procedere contra Clericum per modum jurisdictionis, sed executive in consequentiam officij suscepti, quam etiam tradit *Affict. decis. 24. n. 3. & ibi latius per Ursilium,* ubi dicit, quòd Clericus ratione artis, seu officij, potest coram iudice laico conveniri, & allegat *Cassane-*

*um in consuetudine Burgundie rubric. 2. §. 1. num. 62. tit. des justices Marsil. singular. 694. & est apud Cathelanos. decis. 10. quam refert Mich. Ferr. 3. part. obs. cap. 220.* ubi habetur decisum fuisse Clericum negotiatorem ratione negotiationis posse conveniri coram iudice sæculari, & causæ cognitionem ad eum pertinere, detentionem verò suæ personæ ad Ecclesiasticum, & sic Clericum delinquentem in officio Regio posse puniri civiliter, privatione nempe officij, & pœnâ pecuniaria per iudicem sæcularem; tradit *Hieronimus Portel. ad Molin. in §. Clericus post princip. Garc. de nobilit. gloss. 9. num. 33. Carlev. de judic. tituk. 2. disp. 2. num. 453.* ubi docet Clericos officia Regia exercentes puniri posse in Syndicatu, quod est servandum apud nos ex *Ord. lib. 2. tit. 7. Cortiad. decis. 223. & melius decis. 236. per tot.*

Sed asserendum est in Clericis 13 sequestris, vel depositarijs, tutoribus, curatoribus, vel administratoribus bonorum laicorum, qui ad restitutionem depositi, seu consignationem sequestri, vel pro reddendis rationibus tutelæ, seu curæ, & alterius administrationis bonorum laici, coram iudice sæculari conveniendi sunt, ut latè diximus, & probavimus in nostro opere *de muner. judic. Orphanor. tom. 4. tract. 4. lib. 5. cap. 3. Cutelus de immunit. lib. 2. quæst. 22. ubi*



mille alios laudat Capic. Latr. decis. 123. num. 10. lib. 2. & conf. 102. num. 2. Saravia de jurisdiction. adjunctor. quest. 3. sub. n. 2. Esquilante de privileg. Clericor. cap. 7. n. 82. Fontanell. decis. 309. n. 19. 2. p. Hermosilh. ad Greg. Lopes tom. 1. fol. 191. n. 7. Faber in suo Codice lib. 1. tit. 3. de Episcop. & Cleric. differentia 55. Regens Vico ad pragmaticas Regni Sardiniae lib. 1. tit. 7. cap. 15. §. 31. Cened. ad Decretum 37. in collectan. n. 1. Portel §. Clericum n. 52. Boba. dilb. cap. 18. n. 130. lib. 2. Grasfis de effectib. Clericor. effectu 1. n. 858. Gutierri. de tutel. part. 3. cap. 1. num. 9. in fin. Sesse de inhibitionib. cap. 9. §. 1. n. 16. & 17. Carroc. de sequestr. 1. part. de persona q. 1. & de deposit. p. 1. q. 121. Salgad. de Reg. protect. p. 4. cap. 14 à n. 46. Marcus decis. 1037. Cortiad. decis. 10. n. 114. Gail. lib. 1. observat. 37. n. 6. Grat. forens. cap. 8. n. 18. & 19. Cancer. var. p. 1. cap. 7. n. 159. ubi de Clerico tutore, & p. 3. cap. 8. n. 105. ubi de Clerico depositario Avill. in cap. Prætorum gloss. usurpan. n. 10. Azeved. in l. 10. tit. 1. lib. 4. recopilation. Marant. de ordin. judicior. p. 4. distinct. 11. n. 62. Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 20. gloss. 22. n. 18. & 19. Cortiad. decis. 223. referens infinitos per tot.

14 Quorum sententia in praxi nostri Regni recepta est, & uti talis tenenda, licet pro contrariâ sententia pugnent Thoro in com-

ellim

pendio 2. §. remissio causæ fol. 579. & part. 3. sess. 1. verb. Clericus administrator fol. 166. & in supplement. verb. Clericus qui tutelam fol. 89. Barbof. de jur. Ecclesiastic. lib. 1. cap. 39. §. 2. n. 126. Carp. de executorib. lib. 3. cap. 10. n. 40. Tondut. de prævention. judic. 2. part. cap. 29. num. 52. Fermosin. in cap. qualiter q. 7. à n. 5. de judic. Scobar. de ratiocin. cap. 7. Delben. de immunit. tom. 1. capit. 9. dubitation. 21. & de parlamentis dubitation. 14. sess. 19. subs. 15. Dian. resolut. moral. p. 2. tract. 2. resol. 21. & in summa p. 2. verb. judex Laicus Ambrosinus de immunit. Eccles. cap. 2. num. 53. Jul. Clar. de officialib. Cleric. lib. 5. §. fin. q. 36. num. 15. Giurb. conf. 96. n. 22. Mart. de jurisdiction. part. 4. centur. 2. casu 127. Franch. decis. 479. Caball. centur. 1. casu 64. Narbon. in d. leg. 20. gloss. 20. n. 34. Covas pract. cap. 33. n. 6. & plures alij apud Cortiad. d. decis. 223.

Non tantum procedit sententia quoad cognitionem causæ, sed etiam quoad executionem sententiæ, ex Ord. lib. 2. tit. 7. Cald. de emption. & vendition. cap. 33. n. 39. Barbof. in l. qui prior ff. de judic. n. 93. Cabed. 2. p. arest. 74. Bobadilh. politicor. lib. 2. cap. 18. n. 209. Grass. tom. 1. communium opinionum lib. 3. tit. 1. n. 117. Barbof. ad Ord. ubi num. 2. docet, quod condemnatus Clericus ut Reus in causâ hujus Ord. tenebitur solvere decimam, si causâ tractetur



tur coram aliquo iudice, de cuius sententiâ illa debet solvi, non aliter, quàm si fuisset laicus, & ita testatur vidisse iudicatum novissimè, ac latissimè infinitis relatis *nostrè egregius Peg. ad dict. Ord. in princip. à num. 1. usque ad 27. Cortiad. decis. 26. n. 21.* ubi cum alijs sic observari in Regno Aragoniæ asseverat latissimè *Oliv. de for. Eccles. 2. part. q. 7. per tot. & Cortiad. decis. 131. per tot.*

16 Contrarium tamen attento iure communi, quòd scilicet dictum procedit quoad cognitionem causarum, non verò quoad executionem, alijs relatis tenent *Dian. resolut. moral. 1. part. tract. 2. resolut. 21. in fin. & in summ. 2. part. verb. iudex Laicus num. 23. late Vella disert. 45. à n. 63. & 85. qui num. 92. & 94. decisiones senatûs Hispalensis refert tom. 2. Mart. de iurisdic. 4. part. cas. 104. n. 8. & 9. & cas. 124. n. 4. & 5. Fermosin. in dict. cap. qualiter q. 7. n. 8. Cavalb. dict. q. 76. n. 16. Delben. de immunit. tom. 1. capit. 9. dubitation. 21. per tot. Cortiad. decis. 26. n. 26.* testatur, quòd executio sententiæ à iudice sæculari latæ in Regno Aragoniæ committitur iudici Ecclesiastico: ex *n. 29. usque ad 33.* dicit, idem antiquitus practicari in Regno Cathalonix, sed hodierno tempore observari, quòd executio taxationis expensarum, & condemnationis factæ per iudices sæculares contra Ec-

clesiasticos, sit facienda in mobilibus per iudices Ecclesiasticos ad requisitionem iudicum sæcularium, & in immobilibus per iudicem sæcularem cum assistentiâ iudicis Ecclesiastici: & *n. 21.* in fine affirmat, quòd in Regno Valentix executio facienda est per iudicem Ecclesiasticum, & *melius dict. decis. 231.*

Caveant verò iudices in his executionibus, ne illas conficiant in rebus ad usum Clericorum spectantibus, vel in fructibus beneficiorum collectis in horreo communi Ecclesiæ, quia in his fieri non potest executio; illud ex iure honestatis; hoc, quia fructus dùm sunt in horreo communi Ecclesiæ, Ecclesiæ, & non Clerici sunt *Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 7. gloss. 2. n. 17.*

Monetarij etiam delinquentes in suo officio privilegio non gaudent, ut docet *Peg. ad princip. Ord. lib. 2. tit. 62. à n. 1.*

## C A P U T XVI.

Utrum familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis in criminibus possint petere ab Inquisitoribus chartas securitatis, & in quibus casibus, nec non diploma fideiussionis à supremo Concilio, & quando, & in quibus casibus?

### SUMMARIUM.

1 Iudex fiscalis potest cōcedere securita-



- 1 curitatē familiaribus in omnibus casibus, in quibus Præsides provinciarum.  
 2 Judex fiscalis potest concedere securitatem in omnibus criminibus, de quibus cognoscere potest.  
 3 Dubitatur in casu homicidij.  
 4 Præsides provinciarum in casu homicidij securitatem concedere non possunt.  
 5 Refertur nova lex sic prohibens.  
 6 In casu homicidij concedere securitatem privativè pertinet ad Præsidem criminalem Curiae.  
 7 Jurisdictio privata omnem aliam excludit.  
 8 Judex fiscalis in casu homicidij non qualificati securitatem concedere valet.  
 9 Homicidium non qualificatū non est exceptum.  
 10 Conservatores Universitatis Conimbricensis, & Eborensis in casu homicidij securitatem concedunt.  
 11 Familiares intensivè potentius privilegiū habent, quàm Academici.  
 12 Praxis est, ut in casu homicidij non qualificati iudices fiscales concedant securitatem.  
 13 Ex usu acquiritur privilegiū.  
 14 Decisio in casu refertur.  
 15 Privilegia Sancti Officij abrogata non censentur per clausulas generales derogatorias in contrarium.  
 16 Respondetur ad argumentum in contrarium.  
 17 Quid teneantur facere iudices fiscales antequàm concedant securitates.  
 18 Securitas concessa etiam in casu excepto prodest, ut reus capi non possit, nisi præviâ monitione.  
 19 Abstinerere se debent iudices à concedendis securitatibus in casibus exceptis.  
 20 Referuntur resolutiones duæ spectantes ad materiam.  
 21 Iudices fiscales non possunt concedere securitatem ementibus frumentum ad revendendum cariùs.  
 22 Post primam securitatem, secundam concedere non possunt, etiam in casibus non exceptis.  
 23 Transcribitur lex novissima hanc potestatem denegans.  
 24 Dubitatur, an in casu delegationis possint iudices fisci concedere securitatem.  
 25 Resolvitur negativè, & traditur ratio.  
 26 Princeps committendo cognitionem, & securitatem alicujus casus Delegato privativè, à cæteris iudicibus jurisdictionem auferre censetur.  
 27 Principium cujuscumque rei est attendendum.  
 28 Refertur casus, in quo valet securitas in casu delegationis.  
 29 Sacrum, & Supremum Concilium



*cilium Sanctæ Inquisitionis potest concedere diploma fidei-jussionis.*

30 *Et in quibus criminibus.*

I **D**isponit fiscale regimen §. 49. iudices fiscales posse concedere securitates familiaribus criminosis in omnibus illis casibus in quibus Præsides provinciarum illas concedere possunt, ut patet ex verbis dicti §. ibi ( de quo §. meminit *Leitão de jur. lusit. tract. 2. q. 4. n. 17.* ubi pro regula tradit, quòd iudex fisci potest concedere securitates in criminibus, de quibus cognoscere potest, & in casibus, de quibus Correctores securitates concedere possunt ) ibi :

*Os Juizes do Fisco nos crimes, que se houverem de tratar perante elles, poderão passar Cartas de seguro no casos, em que as passão os Corregedores das Comarcas.*

2 Ex quo infertur primò, quòd iudices fisci possunt concedere securitates in omnibus criminibus, quorum cognitio eis non sit interdicta, qualia sunt relata in tribus capitibus antecedentibus.

3 Infertur 2. iudices fisci non posse concedere chartam securitatis in casu mortis, quia ( ut dictum est ) iudices fiscales tantummodò possunt concedere securitates in casibus, in quibus Præsides provinciarum concedere valent; sed sic est quòd Præsides provinciarum non possunt concedere securitatem in casu mortis, ut resolvit *Leitão*

*d. q. 4. n. 8.* & probatur expressè ex *Ord. lib. 1. titul. 58. §. 40. ubi Peg. gloss 42. n. 2.* & provisione, cujus tenor sequens est.

*Provisão, para que os Corregedores não passsem cartas de seguro em caso de morte.*

**D**OM Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, da quem, e da lem mar em Africa, Senhor de Guiné &c. Faço saber a vós Corregedor da Comarca da Cidade de Coimbra, que por quanto por justos respeitos, que a isso me moverão fui servido resolver, e ordenar aos Corregedores do Crime da Corte não passassem cartas de seguro em casos de morte, se não em Relação com cinco adjuntos, vendo, e examinando as devações, e ao Juiz dos Cavaleiros na meza da Consciencia, e a mesma razão, que houve para se tirar esta jurisdicção aos ditos Ministros, concorrem para os mais Julgadores, que por si passavaõ cartas de seguro no dito caso de morte, vos mando, que assim o tenhais entendido, e não passeis as ditas cartas no caso referido, dando cumprimento a esta minha resolução, e fazendo-a registrar onde for necessario, para a todo o tempo constar a vossos successores. El-Rey nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pelos Doutores  
João



João de Azevedo, e Braz Ribeiro da Fonseca ambos do seu Conselho, e seus Desembargadores do Paço. Joseph Vieira a fez em Lisboa aos tres de Setembro de 1686. Francisco Pereira de Castello branco a fez escrever. João de Azevedo. Braz Ribeiro da Fonseca. Ergo similiter iudices fisci securitates in casu mortis concedere non possunt.

4 Probatur etiam illatio; quia cōcessio securitatis in casu mortis ad Præsidentem Curiae criminalem privativè pertinet, ut probatur ex *Ord. lib. 1. tit. 7. §. 10. ubi latè Peg. gloss. 12. & dicta gloss. 42. num. 2. Leitaõ dict. q. 4. n. 8.* Atqui privata jurisdictio, omnium aliorum judicum potestatem excludit, ut probatur ex *Ord. lib. 1. tit. 3. §. 1. tit. 6. 4. tit. 14. §. 1. tit. 51. in princip. & §. 33. tit. 7. §. 11. ubi Peg. gloss. 13. num. 2.* Ergo iudices fiscales in casu mortis chartas securitatis concedere non possunt.

5 His tamen minimè refragantibus, dicendum est, iudices fiscales posse concedere securitatem familiaribus Sanctæ Inquisitionis in casu homicidij non qualificati, ut tenet *Leitaõ de jur. Lusitan. tract. 2. q. 4. n. 17. Thom. Vds ad §. 11. reformationis justitiæ*; tùm quia iudices fisci possunt cognoscere de homicidio non qualificato, quia tale crimen in privilegijs exceptum non reperitur, ut ex illis patet, & iudices fisci possunt concedere securitatem quoad

crimina, de quibus cognoscere possunt, ut jam diximus; tùm quia Conservatores Universitatis Conimbricensis, & Eborensis, etiam in casu homicidij possunt securitates concedere, ut patet ex *statuto lib. 2. tit. 27. §. 2. Leitaõ d. q. 4. n. 15.* & familiares potentiores sunt privilegijs, quàm scholastici, ut jam diximus, & Deo dante latè dicemus; tùm quia praxis ita se habet, tam in Eborensis Inquisitione, quàm Conimbricensi, pro ut nos ipsi attestamur ex experientia decem annorum, per quod spatium in utraque Inquisitione iudicis fiscalis munus exercuimus, & testatur *Leitaõ dict. n. 17.* & usu, ac praxi concedendi securitates, potestas concedendi acquiritur, ut probatur ex his, quæ tradit *Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 22. gloss. 24. per tot.* & usu acquiritur privilegium, ut in capite sequenti videbis, & ita vidimus iudicatum in nostro supremo Senatu ad favorem cujusdam familiaris Oppidi de Alvito, & ita resolutum fuit in sequenti casu, ubi iussum fuit teneri Conservatorem hujus Universitatis remittere reum culpatum in homicidio ad Inquisitores Apostolicos; ex quo colligitur, quòd si reus antequàm carceribus mandaretur, securitatem habuisset, illà uteretur, & resolutionis tenor sequens est.

*Assento, que se tomou sobre os privilegios em razaõ de hũa morte.*



**A** Os oito dias do mez de Novembro de mil, e seiscentos, e trinta, e quatro annos, nos Estados, e casas do despacho do Conselho geral se ajuntaraõ os Doutores Francisco Barreto, e Manoel da Cunha do mesmo Conselho, e os Doutores Fernão Cabral, e João de Frias Salazar Defembargadores do Paço sobre a duvida da competencia de jurisdicção entre os Inquisidores da Inquisição da Cidade de Coimbra, e João do Paõ Sanches, servindo de Conservador da Universidade da dita Cidade, no caso de Domingos João homem de Meirinho da dita Inquisição hora prezo na cadeya da dita Cidade pela culpa da morte de Manoel de Oliveira, sem o querer remeter ao juizo dos ditos Inquisidores, dizendo, que não gozava de privilegio da Inquisição, e visto o caso no dito Conselho se assentou por todos os votos, que visto a qualidade da dita culpa, e a fórma do privilegio do Santo Officio, devia o dito prezo ser remetido ao juizo dos Inquisidores, para nelle se livrar ordinariamente de suas culpas, por ser dos casos, em que goza do privilegio do Santo Officio, o que pareceo ser conforme a direito, de que tudo os ditos Senhores mandaraõ fazer este assento, declarando, que o privilegio do Santo Officio he mayor, e como tal precede ao da Universidade, & assignaraõ; Antonio

Monteiro Secretario do Conselho geral o escrevi. Francisco Barreto. Manoel da Cunha Fernão Cabral. João de Frias Salazar.

*Outro assento sobre se guardarem os privilegios.*

**H** Avendo-se tomado neste Conselho o assento lançado atraz a fol. 9. verso na conformidade do Alvarà do Senhor Dom Henrique passado em Almeirim de 20. de Janeiro de 1580. e determinando-se por elle, que os Inquisidores entaõ, e em consequencia agora o Juiz do Fisco, a quem pelo novo regimento das Confiscaçoens feito no anno de 1626. passou aquella jurisdicção, eraõ juizes competentes privative a todos os do Reyno, e de todos os casos civeis de seus familiares, sendo elles Reos, e continuando-se na observancia deste privilegio por discurso de tantos annos, ainda em causas, em que os Authores o impugnaraõ, por se haver assim julgado por Acorção da Relação; se duvidou agora em algumas causas, em que os familiares não houveraõ provimento na mesma Relação, para onde aggravaraõ sem outro fundamento, ao que parece, mais que por se não achar o tal privilegio taõ expresso no dito Alvarà, e recorrendo os familiares ao Conselho, pareceo, que se devia dar  
 conta



conta desta duvida a sua Magestade, como se fez por consulta de 14. de Agosto do anno passado de 1646. em a qual se lhe enviou a copia do Alvará, e assentos referidos, e do assento lançado a traz fol. 20. confirmará o primeiro, tomados hum, e outro em virtude do mesmo Alvará, apontando-se a sua Magestade as razoes, que havia para se continuar na observancia do que com tão justo fundamento estava determinado, e pedindo-se lhe em conclusão fosse sua Magestade servido mandar, que se tornasse a ver esta mesma duvida, e que se determinasse pela mesma forma, que o Senhor Rey Dom Henrique por seu Alvará havia dado, e que o assento, que se tomasse se mandasse registrar nas casas da Supplicação, e do Porto, para que se guardasse como ley, e cessassem as contendas, que sobre a materia se movião, e se podia mover ao diante. Sua Magestade por resolução de 19. de Outubro o houve assim por bem, nomeando para esta conferencia aos Doutores João Pinheiro, e Dom Rodrigo de Menezes ambos do seu Conselho, e seus Desembargadores do Paço, os quaes despois de haverem visto a propria consulta, e copias a ella juntas, e varios autos, em que por Acórdão da Relação se mandou guardar os privilegios dos familiares, fundado nos ditos assentos, e remeter as causas, de que nos

tais autos se tratava ao juizo do Fisco, se juntaraõ na casa do Despacho do Conselho geral com os Doutores Pantaleão Rodrigues Pacheco, e Diogo de Sousa ambos do Conselho de sua Magestade, e do Geral do Santo Officio nomeados para este effeito pelo Illustrissimo Senhor Bispo Inquisidor Geral em 30. de Janeiro de 1647. e despois de conferir sobre a materia, e se haver considerado a forma do dito Alvará, e assentos em virtude delle tomados, se assentou por todos os votos, que os assentos referidos se deviaõ guardar sem duvida, porque a não havia, suppostos elles, de gozarem os familiares nas causas civeis, sendo Reos do privilegio do foro, e que se devia dar razão a sua Magestade, pedindo-lhe mandasse registrar este, e os mais assentos nas casas da Supplicação, e do Porto, porque só por falta de se ter clara noticia delles, se podia julgar o contrario, e de tudo se fez este assento, que assignaraõ os ditos Doutores, Diogo Velho, que o escrevi. Pantaleão Rodrigues Pacheco. Diogo de Sousa. João Pinheiro. Dom Rodrigo de Menezes.

*Decreto de sua Magestade sobre a mesma materia*

**P**Elo papel, que será com este Decreto assignado por Diogo Velho Secretario do Conselho



felho Geral do Santo Officio, entenderà o Regedor da Casa da Supplicação o que se resolveo, e assentou sobre o cumprimento dos privilegios dos familiares pelos Ministros, que nomeey, e para o mesino effeito por ordem minha nomeou o Bispo Inquisidor Geral: e porque fui servido conformar-me com o q̄ por todos se resolveo, e assentou. Hey por bem, e mando, que o Regedor faça registrar o dito assento nos livros da dita Casa, para que daqui em diante se cumpraõ, e guardem aos ditos familiares seus privilegios naquella parte taõ inteira, e pontualmente, como nelles se contem, e cessem as duvidas, que ha sobre elles. Lisboa aos 27. de Fevereiro de 1647. REY. Ao Regedor. Registe-se nos livros da Relação, como sua Magestade manda. Lisboa 8. de Março de 1647. O Regedor.

*Registada no livro 9. das extravagantes da Relação folb. 360.*

**N** Ec obstant sententiæ contrariæ fundamenta; nam licet Præsides Provinciarum ex Ordinatione non possint in casu homicidij concedere securitatem, & iudices fiscales tantum eas concedere valeant in casibus, in quibus ipsi possunt; tamen hoc non procedit in iudicibus fiscalibus, quibus ex consuetudine in contrarium legis prohibentis approbata

in iudicio contradictorio similis potestas competit, nec hoc privilegium ex praxi acquisitum abrogavit lex novissima renovans Præsidentibus provinciarum prohibitionem cõcedendi securitates in casu mortis, nam cum hoc privilegium tendat in favorẽ fidei, non cõsetur abrogatũ per legem novissimã non facientem de illo expressam mentionem ex his, quæ cum infinitis tradit Cortiad. decis. 90. n. 7. & nos jam diximus in cap. 13.

Deindẽ ad illud, quod ad 8 Præsidem Curiaẽ criminalem tantummodo est concessa privativè facultas concedendi securitatem in casu homicidij; respondemus, quod adversus hoc ex praxi, & consuetudine in contrarium, acquisiverunt sibi Inquisitores Apostolici facultatem illam concedendi officialibus continuis Sancti Officij, iudices fiscali, familiaribus, nec non isti, & illi privilegium petendi eas ab Inquisitoribus, & iudicibus fiscalibus, quod non repugnat, nam ex consuetudine acquiritur privilegium contra leges, & iurisdictio. Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 2. n. 19. & 20. & latè cap. 19. infrà.

His, & alijs rationibus defendi potest praxis adversus leges in contrarium, quam sequendam esse asseveramus, licet inspecto juris rigore oppositum verius censeamus; sed advertant huiusmodi Conservatores, quod in casu homicidij antequam securitates

T conce-



concedant, videant inquisitiones, & querélas ad effectum, de quo *Leitaõ de securitatib. q. 4. num. 18.* quando ab eis petitur confessiva in casu homicidij, vel negativa coarctata, & eas denegare jubent, si defensio denegetur in Inquisitione *Leitaõ dict. n. 18.*

- 10 Ulteriùs ad vertant, quòd in casibus exceptis, securitates non cõcedant; nam licet Rei, quibus concessæ fuerint etiam in casu excepto carcerari non debent, quia sub fide publicâ non debet quis carcerari *Giurb. conf. 80. à n. 10. Leitaõ de securitatib. q. 10. n. 8. & 40. Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 22. gloss. 24. num. 3.* tamen iudices non tenentur servare securitatem in casibus exceptis, sed admonere debent Reos, ut intra quinque dies eam legitimam tollant, assumentque, ut de praxi testatur *Peg. dict. num. 3. Cost. de stylis domus Supplicationis annotat. 6. n. 30.* quibus transactis, non obstante securitate, Reos carceri mandare possunt, & ita invenimus iudicatum contra Michaellem Cabral de Quadros Judicem Fiscalem Inquisitionis Eborensis, cui Inquisitores ejusdem Inquisitionis securitatem concesserunt in casu homicidij voluntarij facti genero suo anno 1657. & in iudicio Coronæ fuit iudicata nulla; penes quod iudicium sunt acta *Almeyd. de num. quinar. cap. 30. n. 6.*

- 12 Infertur 3. Inquisitores, & Judi-

ces Fisci non posse concedere securitatē officialibus, familiaribusque Sanctæ Inquisitionis eminentibus frumentum ad carius revendendum, quia culpatis in hoc crimine à nullo iudice securitas concedi potest ex decreto relato *in cap. 13. n. 57.*

Infertur 4. Inquisitores, & Iudices Fiscales etiam in casibus non exceptis, post primam securitatem, secundam concedere non posse ex prohibitione novissimæ legis, cujus tenor sequens est.

*Ley novissima sobre as Cartas de seguro:*

**D**OM Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves dâquem, e dâlem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio, de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber a quantos esta minha ley virem, que sendo-me presentes as muitas, e repetidas queixas de meus Vassallos sobre os varios, e extraordinarios crimes, que de poucos annos a esta parte se tem cõmetido nestes meus Reynos, e Senhorios, naõ bastâdo para os prohibir, nem a severidade das penas estabelicidas pelas ley, nem ainda o remedio, q̃ fui servido dar nas cartas de seguro, mandâdo novamente, q̃ nos casos de morte assim como pela ley se deferia aos Reos em Relação, quando pediaõ  
cartas



cartas de seguro confeffativas com defeza affim, e do mefmo modo fe lhes defiriffe quãdo as pediaõ fimplesmête negativas, vendo-fe, e examinando-fe primeiro as devaças, no que me parece reftingir, e derogar nesta parte a jurifdição dos Corregedores do crime da Corte, que em virtude da ley até áquelle tempo, paffavaõ per fi fós as ditas cartas de seguro negativas, como tambem outros Ministros, a quem por especial mercê minha, tinha concedido a mefma faculdade, sendo o meu principal intento a fatisfação da justiça no castigo dos delinquentes, por fe não dar occasião, a q̄ estando elles convêcidos pelas devaças, lhes serviffem as tais cartas de seguro, como fe fossen sentenças de abfovição contra o direito das partes offendidas, que ou deixavaõ as accusações escandalizadas de verem os Reos em fuas liberdades, ou lhes perdoavaõ obrigadas do poder, e negociaçoens, q̄ com ellas se faziaõ, q̄ tudo encôtrava o fim principal da justiça, pois não tratando mais os Reos de seus livramentos, ficavaõ por este modo sem castigo, e as partes, e Republica sem fatisfação. E porque atégora não foi bastante, nem o disposto nas leys, nem o que sobre este particular mandei observar na minha ultima resolução de vinte, e quatro de Setembro de mil, e seiscentos, e setenta, e oito, e ter mostrada a experiencia, que pela calamidade dos têpos, ou corrup-

ção dos costumes, pervertida a natureza, creceo mais a malicia, e ousadia dos delinquentes, animando-se com tanto escandalo acometer taõ extraordinarios crimes, roubos, e homicidios, os quaes valendo-se ainda dos coutos, q̄ nestes meus Reynos, e Senhorios foraõ concedidos com taõ honestos fins pelos Senhores Reys meus Antecessores, se tem experimentado serem hoje muito prejudiciaes à boa administração da justiça, affim por se não guardar nelles o que dispoem as leys, como por terem cessado com o curso do tempo aquellas causas, porque foraõ concedidos, e deseçando eu evitar todos os damnos, que daqui se seguem, pela preciza obrigação, em que Deos me pôs de manter, e conservar meus Vassallos em paz, e quietação a se lhes fazer justiça, e castigar os delinquentes, como merecerem por fuas culpas, e applicar-lhe para esse fim todos os meynos necessarios, mandando ver esta materia por Ministros doutos, e timoratos, fui servido resolver com os do meu Conselho, que não sómente se observasse por ley a dita minha resolução de vinte, e quatro de Setembro de mil, e seiscentos, e setenta, e oito, para se não paffarem mais cartas de seguro negativas simples em casos de morte, se não nas minhas Relaçoes, vendo-se, e examinando-se as devaças, mas tambem sou servido mandar,



que daqui em diante se não possam admitir segundas petições para cartas de seguro, porque sendo huma vez denegadas na Relação não poderão ser já mais concedidas; e para que nos crimes se não perpetuem os livramentos, ficando com as cartas de seguro os delictos sem castigo, e os delinquentes na presença da justiça, e das partes offendidas. Hey por bem que nenhuma carta de seguro em qualquer caso que seja dure mais que hum anno, e passado elle serão os Reos prezos, e quando tiverem justas causas, que lhe impidaõ acabar seus livramentos no dito anno, recorrerão ao Desembargo do Paço, que lhe poderá prorogar mais outro anno por huma vez sómente, ou por partes, precedendo primeiro as informações necessarias com denegação de mais tempo, para o que hey por derogada nesta parte a *Ordenação lib. 5. tit. 130. §. 2. & §. ultimo.* E outro fim mando, que não haja mais outro algum nestes meus Reynos, e Senhorios, porq̃ todos os seus privilegios concessões, e doações, por mais especies que sejam, e por mais condições, e clausulas exuberantes, q̃ tenhaõ, hey por expressamente derogadas, por qualquer causa, ou titulo, que fossem cõcedidas, assim a pessoas seculares, como Ecclesiasticas, por não ser justo, que se conservem aquelles privilegios,

que se fizeraõ odiosos, e prejudiciaes à Republica, e que dificultando o castigo dos delinquentes, facilitaõ mais os delictos, para o que tambem hey por derogadas as *Ordd. do livro 5. tit. 123. e a do livro 2. tit. 40. no principio, e §. ultimo.* E mando ao Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Cala do Porto, e a todos os Desembargadores das minhas Relações, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas destes meus Reynos, e Senhorios cumpraõ, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar a minha ley, como nella se contém, sem embargo de quaesquer leys, Regimentos, capitulos de Cortes, Alvaràs, Provisões, cartas particulares, ou geraes, que o contrario disponhaõ, porque todas derogo, e hey por derogadas de minha certa sciencia, e poder Real, ainda que dellas se houvesse de fazer expressa, e declarada menção. E para que venha à noticia de todos, mando ao Doutor João de Roxas de Azevedo do meu Conselho, e Chanceller mór destes Reynos, e Senhorios a faça logo publicar na Chancellaria, e envie cartas com o traslado della sob meu sello, e seu signal a todos os Corregedores das Comarcas destes Reynos, e aos Ouvidores das terras dos Donatarios, em que os Corregedores não entraõ por Correição, aos quaes mando, que  
a publi-



a publicum logo nos lugares onde estiverem, e a fação logo publicar em todos os de suas Comarcas, e Ouvidorias, para que a todos seja notorio, a qual se trasladarã no livro da meza dos meus Desembargadores do Paço, e no das Casas da Supplicação, e Relação do Porto, e mais Relações dos Estados do Brasil, e da India, onde se costumaõ, e devem registrar semelhantes leys, e esta propria se lançará na Torre do Tombo. Francisco de Sequeira a fez em Lisboa a dez de Janeiro de seiscentos, e noventa, e dous. Francisco Galvão a fez escrever. Rey. O Monteiro mór. Presidente. Hanc, & alias vide apud *Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 51. §. 6. n. 4. 5. & 6. & lib. 1. tit. 4. in princip. n. 2.*

<sup>14</sup> Infertur quinto, iudices fiscales non posse concedere securitatem quando Princeps contra aliquem procedere jubet per delegationem criminalem cum *alçada*; quia non datur iudex, qui jurisdictionem habeat ad illam concedendam, nam eo ipso, quod Rex à principio causas sibi affectavit, & eas delegato commisit, statim cessat eorum jurisdictione, siquidem inhibitiõ extinguit omnem aliam jurisdictionem: *Bobadilb. lib. 2. politicor. cap. 21. n. 22. noviter Sarayva in praxi delegationum cap. 6. n. 6. & cap. 22. n. 7.*

<sup>15</sup> Duobus tamen in casibus etiam in casu Delegationis cum *alçada*

valere potest securitas. Primus quando reus ante delegationem obtinuit chartam securitatis validè impetratam, & cum ea se presentavit coram legitimo iudice, quia tunc valet, nam principium cujuscumque rei inspiciendum est, ex *l. Pomponius ff. de negot. gest. Sarayva dict. cap. 22. n. 12.* & Princeps quando causa sibi affectat, eam affectare censetur cum omnibus suis qualitatibus, ex *l. nam ad rem mobilem. l. ad legatum ff. de procuratorib. Sarayva n. 8.* Secundus quando post primam Inquisitionem Princeps jubet aliam de novo facere, & reos in *alçada* iudicare, quo in casu si rei habeant chartas securitatis validè impetratas quoad primam inquisitionem illis uti valent quoad secundam. *Sarayva n. 15. & 16. ubi sic refert iudicatum.*

Post carcerationem possunt familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis petere à Concilio Generali Inquisitionis diploma fidejussionis, quia habet potestatem eam concedendi in omnibus casibus, in quibus Senatores Palatini ea concedere possunt, ut patet ex *cap. 3. n. 42.* & ex sequenti Alvarã.

**E**U El-Rey faço saber aos q̄ este Alvarã virem, que havendo respeito ao que me foi proposto pelo Conselho Geral do Santo Officio sobre nelle se haverem de passar Alvarã de fiança aos



aos privilegiados ; e por fazer mercê ao Santo Officio: hey por bem, que guardando o Conselho Geral o Regimento do Desembargo do Paço sobre os Alvaràs de fiança os possa conceder aos prezos, que se livraõ no juizo do seu privilegio, pelo que mando às justiças, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disso pertencer, que cumprãõ, e guardem este Alvarà, como nelle se contém, o qual valerà, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da *Ord. libr. 2. tit. 40.* em contrario, e se registará no livro do Desembargo do Paço, e onde for mais necessario, para a todo o tempo constar da como eu assim o houve por bem. Manoel do Couto a fez em Lisboa aos quatro de Fevereiro de mil, e seiscentos, e quarenta e cinco. Jacinto Fagundes Bezerra a fez escrever. REY.

Undè infertur, quòd supremum Concilium potest concedere diploma fideiussionis in casibus in regimine novo Senatûs Palatini. §. 24. de quo multa tradit *Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 24. & in specie ad Ord. lib. 2. tit. 6.*

## C A P U T XVII.

Familiares Tribunalis Sanctissimæ Inquisitionis pro tentato delicto de exceptis, an gaudeant foro, & an filius familias familiaris, & officialis, an uxor,

an vidua, an familiaris, an servi gaudeant fori privilegio in criminalibus?

## SUMMARIUM.

- 1 *Facti species.*
- 2 *Objecta Fisci M.R.C. ibidem.*
- 3 *Argumenta in contrarium adducta per Fiscum Tribunalis Sanctissimæ Inquisitionis. Statutum imponens pœnam delicto non intelligit de attentato, sed de perfecto. ibid. An filius familias gaudeat foro patris? Argumenta Fisci M.R.C quod non gaudeat.*
- 4 *In filiũ familias datur actio, quæ descendit, vel ex delicto, vel ex contractu. ibid.*
- 5 *Sequitur originem patris, non verò quoad domicilium.*
- 6 *Privilegium patri concessum non extenditur ad filios.*
- 7 *Argumenta pro reo ad obtinendam remissionem. Forum quis sortitur ratione domicilij. ibid.*
- 8 *Mulier consequitur forum sui viri. Familiares Inquisitorum, & domestici. ibid. Filius, vivente patre Rege, dicitur Rex, & Comite Comes. ibid. Famuli Scholarium, Doctorũ, Clericorum, Episcoporum, Cardinalium, militum, privilegio dominorum fruuntur. ibid.*



- ibid.*
- 9 *Ita alias decisum. Observantia in judicijs vim legis obtinet. ibid.*
- 10 *Regula, quod filius familias convenitur ex actione, & delicto, non procedit in habente particulare privilegium. Adducuntur exempla de clarissimis, de militibus, de libris in sacris Scrinijs. ibid.*
- 11 *Necessaria est expressa renuntiatio in renuntiatione privilegij.*
- 12 *Distinctio inter privilegia, quæ tendunt in tertij præjudicium, & inter illa, quæ nullum continent.*
- Jurisdictio concessa Tribunali Sanctissimæ Inquisitionis est favorabilis Catholicæ Christianæ Religionis. ibid.*
- Laus Tribunalis Sanctissimæ Inquisitionis. ibid.*
- Laudatur D. Joseph Ribeyra à Sanctissimæ Inquisitionis secretis. ibid.*
- 13 *Decisio questionis.*
- 14 *Stylus, quo utitur M. R. C. in probando, quod sit commensalis filius.*
- 15 *An possit fieri perquisitio in domo familiaris à Ministris M. R. C.?*
- 16 *An auxiliator homicidie gaudeat? ibid.*
- 17 *Dispositio, & observantia Regni in familiares apportantes breves sclopos rotatos.*
- 18 *An familiares officialium*

- gaudeant?*
- Omnis familia officialium gaudet foro ex persona Dominorum. ibid.*
- Distinctio inter officiales, quorum familiares gaudent. ibid.*
- 19 *Capitula adducuntur cõcordiæ.*
- 20 *Vidua an gaudeat privilegio mariti præmortui?*
- Affirmans sententia. ibid.*
- 21 *Negans.*
- 22 *An uxores familiarium gaudeant constante matrimonio?*
- Affirmativa opinio. ibid.*
- 23 *Contraria.*
- 24 *Quæstio de servo.*
- 25 *Rationes pro sententia affirmativa.*
- 26 *Contrariæ rationes adductæ à Fisco.*
- 27 *Decisiones in puncto servorum. ibid.*
- 28 *Responsa ad objecta.*
- 29 *Servi Inquisitorum, & officialium gaudent, si sunt commensales.*

**I**N hac materia nihil nostrum dicere animus est, sed ea, quæ scripsit Hyeronimus Basilicus in decisionibus criminalibus magnæ Regiæ Curia Regni Siciliae decis. 17. fideliter transcribere, quia securius, & melius est aliena dare, quàm propria temerè effutire.

Petrus Parisi die 16. Januarij fuit carceribus mancipatus à M. R. C. pro nefando tentato in puerum, & cum M. R. C. recessisset Panormum, causâ remansit in Curia

1

2

ria



ria Stracotiali, in quâ ille petijt remissionem ad forum uti familiaris Sanctissimæ Inquisitionis. Fiscus instabat nullo modo posse concedi ob atrocitatem criminis. Et *ex cap. concordie ultimæ* in anno 1597. & literis Summi Pontificis per Cardinalem Sanctæ Severinæ anno 1599. datis Romæ die primo Aprilis, notificatis Inquisitoribus die decimo Maij 1599. ut patet ex libro inhibitoriarum conservato penes M.R.C. fol. 176.

Ex parte verò Fisci Tribunalis Sanctissimæ Inquisitionis replicabatur id verum esse in crimine nefando, secus in tentato; statutum enim, quod imponit certam pœnam delicto, & de eo loquitur, non extenditur ad illud delictum tentatum, nec de eo debet intelligi; ita *Bald. conf. 356. de statu Placētiae lib. 1. & idem Bald. conf. 27. & conf. 30. n. 14. Phœb. 2. part. arest. 191.* Debet enim intelligi quominus lædat, & proinde ut odiosum debet restringi. *l. cum quidam ff. de liber. & posthum.* Dumque hæc agitabantur venerunt literæ Excel. suæ datæ Panormi die 26. Martij 1632. per viam Secretariæ, in quibus mandabatur remissio, & ita executum.

In disputationem hîc vocabo illam quæstionem quàm pluriès ventilatam, & discussam: An filius gaudeat foro patris sui, qui inter familiares, vel officiales Tribunalis annumeretur?

Et à Fisco petitum in his casibus

fuit, quòd non gauderet. Primò, quia datur in filium familias actio, quæ descendat ex contractu, vel ex delicto. *l. tam ex contractibus 57. ff. de judic.* in his enim tamquam pater familias habetur. *l. filius familias 30. ff. de obligationib. & actionib.* Undè ex contractu, vel ex delicto conveniendus est ubi contraxit, vel ubi deliquit. *l. 2. §. omnes autem. l. hæres absens §. si quis tutelam. l. interdum §. fin. l. argentarium ff. de judic. l. neque femina §. fin. ff. de procuratorib. l. 1. & 2. Cod. ubi de ratiotinijs agi oportet. Faber lib. 1. semestr. cap. 12. Donel. l. 2. commentar. jur. civil. cap. 25. circa fin. & Anton. Fab. jurisprud. pragmat. in tit. 8. princ. 5. illat 5.*

Secundò, quia filius familias sequitur originem patris, quòd Civitatem, non domicilium, sequitur ex *l. adsumptio §. 1. ff. admunicipalē ubi Ulpianus ibi: Civitatem, ex quâ pater ejus naturalem originem ducit, non domiciliū sequitur.*

Tertiò, quia privilegium concessum patri ad alios non extenditur. *l. 1. §. 1. l. semper 5. §. immunitati 5. ff. de jur. immunitat. l. forma. l. quamquam 3. ff. de censib. gloss. in cap. cum venissent de institutionib. & in l. sordidorum. Cod. de excusat. immunit. lib. 10.* Privilegium enim personale ultrà eam non dilatatur, & cum eâ extinguitur, *cap. privilegium de regul. jur. lib. 6. leg. privilegia 96. ff. de regul. jur. Menoch. consil.*



4  
 fil. 136. n. 2. & cons. 1107 à num. 9. volum. 2. & de præsumpt. lib. 3. q. 103. n. 45. Barbof. in l. quia tale per tot. ff. solut. matrimon. Svarres de legib. libr. 8. cap. 10. & 11. Surd. cons. 10. n. 14. & cons. 127. n. 67. & cons. 444. n. 1. Roland. à Valle cons. 62. n. 10. & seq. lib. 4. diximus cap. 5. 7. & 8.

7 Verùm ad obtinendam remissionem ad favorem rei replicabitur. Primò, inter alia, quibus quis sortitur forum, illud esse ratione domicilij. l. 2. cod. de jurisdiction. omnium judic. l. actor 3. in princip. Cod. ubi in rem actio. l. unica Cod. ubi de hereditat. agitur ibi: Ubi autem domicilium. l. in possessione 3. Cod. ubi caus. statùs agi oporteat. cap. si quisquam ver sic. quem ordinem 11. q. 1. sicut enim filius familias patris originem sequitur, ita & filius patris domicilium. l. non utique 4. junct. gloss. ff. ad municip. leg. assumptio §. filius ff. eodem Bald. in l. 1. §. illud Cod. de manumiss. Cassanet. cons. 54. num. 13. Guillel. de Benedict. in cap. Raynuntius, verb. mortuo itaque testatore. num. 44. de testament. si enim aliud expressè non elegit, paternum forum, & domicilium sequi videtur. l. placet cum legib. seqq. dicto §. filius libertus. 2. patris, junctis glossis. ff. ad municipal. Bald. cons. 207. queritur utrum domicilium in princip. lib. 1. Federic. de senis cons. 254. num. 4. Ugolin. de offic. & potest. Episcopi 2. part. cap. 26. 2. 2.

num. 3. in fin. Thusc. practicar. conclus. tom. 2. liter. C. dict. cōclus. 594. n. 3. & 5.

8  
 Secundò, quia si mulier conficitur forum sui viri, ex l. mulieres Cod. de incolis lib. 10. ibi: Mulieres ad bonorem maritorum erigimus, & genere nobilitamus, & forum ex eorum personâ statuimus, diximus cap. 5.

Et si familiares, & Inquisitionum domestici eodem privilegio gaudent ex rationibus adductis per Narbon. in l. 20. gloss. 1. à n. 10. tit. 1. lib. 4. tom. 3. recopil. quare non debet filius gaudere patris foro, qui cum patre eadem persona reputatur cum sit caro patris. cap. contradicimus 21. §. hac auctoritate 35. q. 3. l. ult. Cod. de impuber. & alijs substit. §. si quis alij 5. vers. & vero instit. de inutilib. stipulat. Cavalcan. decis. 55. n. 17. part. 2. Vivius decis. 322. n. 2. lib. 2. Undè vivente patre, filius fruitur prærogativis, & præminentijs patris, & Rex dicitur filius Regis. cap. fin. ibi: cepit Hernemigildus Rex juvenis, & cæt. & ibi gloss. verb. Rex 24. q. 1. cap. 1. ibi: & filius ejus Rex, Augustus de pace const. l. 1. & 9. tit. 7. l. 2. tit. 15. p. 2. Tiraquel. de pragmat. q. 33. à n. 1. Anna in repitit. constit. terminum vitæ n. 27. Corsetus de potest. & excell. Reg. q. 25. Oldrad. cons. 94. nam & filius Comitis, vivente patre, Comes etiam dicitur. l. emancipatum ff. de Senatorib. Tiraquel. & Anna loco supr. citat.



Et si famuli Scholarium, Doctorum, Clericorum, Episcoporum, Cardinalium, Militum privilegio Dominorum fruuntur, ex *Narbon. gloss. 1. à n. 14.* cum multis sequentibus, quare & admitti non debeant filij familiarium, qui maiori vinculo, & necessitate conjunguntur; eadem enim ratio eandem operari debet dispositionem. *l. illud ff. ad leg. Aquil. l. si postularit §. 2. ff. ad leg. Jul. de adulter. l. quidam numularii ff. de edend.*

9 Et demùm ita aliàs decisum, & observatum in eadem facti quæstione, quæ observantia vim legis obtinet. *l. de quibus 32. §. inveterata. l. sed ea 35. cum sequenti ff. de legib. l. 1. & l. reges 3. cod. quæ sit nova consuetudo*, imò transit in privilegiũ *Bald. conf. 289. lib. 4. Oldrad. conf. 172. n. 1. Grat. discept. forens. cap. 801. n. 11. & 12. & cap. 892. n. 17. tom. 3. Giurb. in consuetud. in proem. n. 12. Bellettus disquis. Cleric. p. 1. tit. de favor. cler. person. §. 3. num. 10. Guid. Papa singul. 803.* imò & plus valet, quàm privilegiũ *Surd. conf. 465. n. 11. in princ. volum. 4. DD. in cap. cum cõtingat de for. compet.* ea enim est optima legum interpret. *l. minimè si de interpretatione ff. de legib. Menoch. conf. 32. n. 34. & conf. 390. n. 21. & conf. 577. n. 2. & 3. volum. 3. Mascard. de probat. concl. 1415. num. 10. Brunor à sole in loco communi, verb. consuetudo.* Optima enim est illa ratio ad similiter deci-

dendum in *l. filius familias 14. ff. ad leg. Cornel. de fals. ibi: sic enim inveni Senatũ censuisse. l. 1. §. hoc autem ibi: Et ait Senatus sic esse sæpè judicatum ff. de Senat. Consult. Syllanian. Afflict. decis. 169. in fin. Gam. decis. 33. n. 2. & decis. 228. n. 2. Vivius decis. 41. & in terminis propositæ quæstionis Paramus in defensione jurisdictionis Sancti officij cap. 14. n. 20. 21. & 23. Narbon. in l. 20. gloss. 1. in transcurso n. 61. & plures alij citati cap. 7.*

Non obstant ex adverbo adducta. Respondebatur enim, quòd regula, quòd contra filium familias datur actio, tam ex contractibus, quàm ex delictis, & quòd ibi conveniri, & accusari debent, ubi vel deliquerunt, vel cõtraxerunt, non procedit quandò adest peculiare privilegium, quod cognitio delictorum, vel contractuum filij pertineat ad certam, designatamquẽ alicujus Tribunalis jurisdictionẽ, prout de Senatoribus, qui solum conveniri possunt coram Imperatore, vel ejus Delegatis, licet alibi deliquerint, vel contraxerint. *l. quoties 3. Cod. ubi Senatores, vel Clarissimi*; prout de certo genere Mercatorum, aut nationis, quòd tantum possunt conveniri coram suo designato iudice. *l. periniquum 7. Cod. de jurisdiction. omnium judic. & de Decurione, vel cohortali loquitur. l. 1. Cod. de Curialib. Urbis Romæ lib. 11. Novell. 151. & de milite conve-*



conveniendò apud suum superio-  
rem est. *l. 6. Cod. de jurisdic. omn.  
judicum, & l. 1. Cod. de exhib. reis,  
& l. de militibus 8. Cod. de custod.  
reor. & l. qui cum uno 4. §. sireus  
ff. de re militari, & de liberis in  
sacris Scrin. militantibus. l. in sa-  
cris 12. in princ. Cod. de prox. sa-  
cror. Scrinior. lib. 12. & de filio  
Fabricensium sacrae fabricae. l. eos  
qui 6. Cod. de Fabricens. lib. 11.*

11 Ad secundum verò objectum,  
quòd sit in potestate filij familias  
mutare, aut renunciare fori pri-  
vilegio ex domicilio paterno ad  
se perveniendi, quo casu non sequi  
patris domicilium, respondetur,  
quod hoc procedit quando ex-  
pressè renunciat, & expressè mu-  
tat domicilium, quod si id non fe-  
cerit, in patris domicilium perse-  
verasse intelligitur, & sic in patris  
foro conveniendus est. Juri autem  
suo in dubio nemo renunciare  
præsumitur vulgatis juribus.

12 Ad tertium verò, quòd pri-  
vilegium personale patris ad fi-  
lios non extenditur, respondetur  
distinguendo inter privilegia, quæ  
tendunt in tertij præjudicium, &  
inter illa, quæ nullum continent.  
Primo casu liberi non fruuntur,  
quia cæteri gravarentur. *Menoch.  
conf. 297. n. 6. volum. 3. Decian.  
conf. 2. n. 14. 15. & 16. volum. 4.*  
Secundo verò casu, quandò scili-  
cet privilegia tertij jus non læ-  
dunt, latissimè, & contra Princi-  
pem concedentem interpretanda  
sunt. *l. si quando Cod. de bonis va-*

*cantib. lib. 10. cap. ex part. 1. de  
verbor. significat. Innocentius in  
cap. cum delicti de donat. Oldrad.  
conf. 50. in fin. vers. non obstat,  
Abbas consult. 70. in fin. libr. 2.  
Federicus de senis conf. 61. num. 2.  
vers. non obstat, Ancharran. conf.  
161. in princip. Imol. consult. 121.  
num. 2. Alexandrin. consult. 110.  
n. 10. vers. quia privilegium lib.  
6. & conf. 215. n. 4. & seqq. lib. 7.  
Surd. conf. 140. num. 73. volum. 1.*  
cum autem jurisdicção Inquisitio-  
nis fuerit concessa ad favorem Ca-  
tholicæ Religionis, & Tribunalis,  
in quo causæ Dei dijudicantur ad-  
versus impias Hæreticorum blas-  
femias, & personas Dnmini devo-  
tas, ea utique amplianda est. *l. in  
bis ff. de condit. & demonstr. cap. 2.  
de regul. jur. Menoch. de arbitrar.  
cas. 199. n. 46. Thomacet. regul.  
154. & sic filij in foro ubi patres  
conveniuntur, conveniri debent,  
ut in *d. l. sacris 12. in princip. Cod.  
de prox. sacror. Scrinior. libr. 12.  
& l. eos qui Cod. de Fabricens. lib.  
11.* Magis quandò delicta non sunt  
de exceptis in concordia, ex *Nar-  
bon. gloss. 17. n. 5.* Undè meritò  
Hispani Reges in Conservatione  
hujus Tribunalis Catholicæ Re-  
ligionis per totum Hispanum Or-  
bem repositum putant tutamen,  
& firmamentum; & verè in eo  
præfident tot illustres, Heroici-  
què viri, & Inquisitores, ut verè  
Tribunal causarum, Deiquè vi-  
deatur, inter quos hîc Matrîti à se-  
cretis Tribunali inservit D. Jo-*



seph Ribera, qui splendore natalium, notitiâ Linguarum, profunditate prudentiæ, excellentiâ ingenij, virtutum demùm omnium cumulo, & Hispanijs, & Sanctissimo Tribunali splendorem auget.

13. Hæc quæstio fuit discussa anno 1628. die 8. Julij inter Micaelem Calubro, ejusquè filium, & fuit dictum, remittatur, ex quo erat commensalis, & stylus, quo utitur M. R. C. in his casibus est, ut non sufficiat sola probatio facta in Sancto Officio, quòd talis sit commensalis, sed fiunt literæ in partibus officialibus Regis, quòd se informant, si verè tempore delicti ille talis erat commensalis advenientibus literis, quæ sumuntur, cum processu sit remissio.

14. Verùm anno 1629. die 28. Junij Cirino Castelli custodi carcerum Civitatis Neti fuit perquisita domus de ordine M. R. C. & ipse conjectus in carcerem, & cum peteret remissionem ad forum, uti familiaris, fuit denegata ex determinatione, & juncta, ut dicitur, omnium Præsidentum, Blasei, Denti, & Corsetto, & illustris Consultoris, & M. R. C. criminalis, & civilis, & advocatorum Fiscalium M. R. C. & Patrimonij.

15. Primò, quia perquisitio domus poterat fieri ab officialibus Regis, quia hoc potest ad delictum fieri. Secundò, quia hæc diligencia erat ad instantiam patris exquirentis necem Baronis

Margi, & reus iste erat custos Carcerum, & impediabat Carceratos, ne deponerent. Tertio, quia erat testis vocatus in causa illius necis, & sic poterit uti talis cogi à Regijs officialibus.

Verùm anno 1628. die 8. Julij cum Michael Calabro esset inquisitus de nece Vincentij Beneventani Baronis nemoris animo præmeditato, & ictibus Sclopi, & cum eo Thomas de Arena Magister Notarius Tribunalis Sancti Officij in Civitate Leontini, & Didacus ejus filius uti auxiliares ante in ipso, & post delictum, fuit dubitatum, an hic auxiliator homicidæ cum ictibus Sclopi gauderet foro ex capit. 4. concordie, & fuit determinatum affirmativè, & sic esse remittendum, prout fuit executum, & cum eo filius, eo quòd esset patris commensalis.

Ex novissimâ verò concordia sub die 29. Augusti 1635. statuitur quòd pro apportatione brevis Sclopi rotati quoad personas de foro Sancti Officij, ferventur pragmaticæ Regni, & quòd iste casus sit ad instar casuum mixti fori, & datur præventio declarandi, quòd qui prævenit in captura rei dicitur prævenire; excipitur tamè quando de ordine Illustrium Inquisitorum in scriptis esset aliquis de foro missus ad peragenda negotia fidei. Et proinde Sebastianus Civello, cui dum insequerentur Ministri Regij cecidit brevis Sclopus



Sclopus rotatus fuit remissus, eo quod per scriptum Secretarij Sancti Officij de Ordine omnium trium Illustrium Inquisitorum apparuit, quod ordinem habuerit peragendi negotium Tribunalis.

18 Quæstio autem pluriès agitata fuit in Regno, an familiares officialium Sancti Officij gaudeant etiam privilegio fori. Sunt enim familiares, & domestici ex familia Inquisitorum, vel Officialium, sunt & familiares, ac domestici eorum, quos proprio nomine familiares appellamus, hoc est, eos, qui ab Inquisitoribus destinantur ad capiendos hæreticos, selectosque homines de fide suspectos, & ad exequenda mandata, quæ ab Inquisitoribus imponuntur, & de his sub nomine familiarium loquuntur quasi omnes concordie Regni Siciliae, *Narbon. lib. 4. tit. 1. l. 2. gloss. 1. à princip. usque ad num. 10.* Et isti ex propria personâ ratione muneris injuncti privilegium fori Sancti Officij, ne alibi, quam coram Inquisitoribus conveniri possint, consequuntur.

Et quoad primos nullû dubium est, quod familiares, & domestici officialium gaudent ex personâ dominorum, quibus inserviunt; ita *Narbon. loc. citat. n. 12.* quo ad istos enim omnis familia gaudet foro, & privilegio uxores, patres, filij, & fratres domestici, nec non etiam, & continui, commensales, & non nulli alij. E secundis verò familiaribus nemo gau-

det, ita expressim loquitur concordia Vallisoleti die 4. Junij 1580. ibi in 4. capitulo: *General, y indistintamente los dichos Inquisidores conoscan de todas las dichas causas, y cazos, por graves, y atrozes, q̄ sean, assi de los officiales salariados, y ordinarios, q̄ tienen, y huvieren titulo del Inquisidor general, y de todos sus criados, y familias, como de sus Tenientes, y los de mas officiales del Santo Officio, con q̄ en lo tocante à las familias de los dichos Tenientes de officiales, gozen solamente del dicho fuero, y privilegio, sus mugeres, padres, hijos, y hermanos, siendo verdaderos, domesticos, y cõtinuos commensales, y no otros algunos.*

Item, & in capit. 5. ejusdem concordie habetur: *Que todos los dichos cazos, y causas civiles, y mixtas gozẽ uniforme, y indistintamente del fuero, y privilegio del Sãto Officio, y jurisdiccion de los Inquisidores, todos los dichos officiales, y sus familias, y los dichos sus Tenientes, y los familiares, y las familias de los dichos Tenientes en la forma susodicha.* Est iterum in capit. 9. ibi: *Però la execucion, y conosciemto de ello pertenesca solamente in solidû à los dichos Inquisidores cõtra los dichos officiales, y sus familias de los dichos Tenientes en la manera, q̄ dicho es.* Est iterum in capit. 10. in princ. ibi: *Item q̄ los dichos Inquisidores puedã proceder por censuras en los dichos cazos, y causas civiles, y criminales, y mixtas*



*mixtas tocâtes à la jurisdicion de los dichos oficiales, y sus teniêtes, y familias, segun dicho es, y de los dichos familiares del Sãto Officio. Et in eodem capite in fine ibi: Generalmête hà de pertencer el conosciemto de todas las dichas causas civiles, y criminales, y mixtas contra los dichos oficiales, segun dicho es. Et sic videtur, quòd concordia loquitur discretivè, & nullibi legitur, quòd famuli familiarium gaudent foro, & privilegio, & sic expressione unius speciei altera videtur exclusã. Vulgato axioma de regulis juris.*

20 Ex quibus orta fuit controversia, an ex quo non fuit facta mentio de vidua gaudeat ipsa privilegio viri præmortui?

Et affirmativam sententiam defendit *Paramus de offic. Sancti Officij cap. 1.*

21 Contrarium determinavit M. R. C. ex *Bull. lib. 4. tit. de mero, & mixto imperio quæst. 2. n. 11.* ubi mentionem facit. Jo. Baptistæ de Ballis ejus fratris tunc Judicis M. R. C. defendentis partes fisci Regii jurisdictionis. Inter hæc accessit concordia data Matriti, die 20. Martij 1597. cap. 14. quâ dispositum fuit ibi: *Las mugeres viudas de oficiales del Santo Officio, en quanto nõ mudaren de estado, gozen del fuero de la Inquisicion, q̄ gozãran, si fueran sus maridos vivos, y las mugere viudas de los Tenientes de oficiales, y familiares nõ gozen, & Ball. d. q. 2. benè dicit ref-*

*pectu viduarum Tenentium officialium, & viduarum familiarium, sed non benè respectu viduarum officialium, quæ debent gaudere juxta formam concordia, & sic ex prædictis concordijs colligimus uxores tenentium officialium gaudere tamquam de viri familiã, & expressè legitur in d. cap. concordia ibi: Que à lo tocante à las familias de los dichos Tenientes de oficiales, gozen solamente del dicho fuero, y privilegio sus mugeres, &c. Ita Cutel. cõtrovers. 9. inter Inquisitor. Magistratus Ordinar. num. 101. & 106. & seqq.*

Fuit etiam quandoque controversum, an uxores familiarium gauderent privilegio fori constante matrimonio? Et affirmativè respondet *Paramus dict. cap. 3. per tot. Narbon. dict. gloss. 1. num. 41. cum plurib. seqq.* eã ratione, quia uxores gaudere debent foro, & privilegij mariti. *l. femina, & l. nuptiæ ff. de Senatorib. l. cum te 10. Cod. de privileg. Scholar. lib. 12. l. 1. & l. mulieres Cod. dignit. lib. 12. Asin. de execut. §. 1. cap. 52. num. 16. 17. & 18. Crass. de effect. effect. 1. n. 156.* qui testatur de praxi in Regno. *Dian. de immunit. Eccles. cap. 45. tract. 1. n. 2. & confirmatur ex dict. cap. 14. in secunda concordia ibi: Las viudas de los Tenientes de oficiales, y familiares nõ gozen; quasi per necessarium antecedens supponatur, quòd constante matrimonio*



monio gaudeant ad instar uxorem Tenentium officialium, quæ foro mariti fruuntur. *Barbos. de jur. Ecclesiastic. univ. lib. 1. de privilegi. cler. cap. 39. n. 25. & seq. §. 4. A-may. in l. fin. Cod. de incolis lib. 10.*

23 Licet contrarium defendat *Cutell. d. contro. 9. à n. 104. usque ad n. 109. qui contrarijs respondet.*

24 Verùm anno 1636. mense Aprilis non levis controversia fuit inter M. R. C. & illustrissimos Inquisitores, cui causam dedit servus Francisci Xirota Magistri rationalis, & familiaris Sancti Officij detentus in carceribus ejusdem Tribunalis pro vulnere illato Piscatori in rixa, an scilicet servus gauderet foro domini sui in delictis personalibus? Et pro affirmativa sententia adducebatur Paramus, qui pro obtinenda secunda concordia anno 1597. dùm in Hispanijs moraretur, infra scriptis utitur argumentis *cap. 14. n. 41.*

25 Primò *ex cap. Ecclesiarum servus 12. q. 2. Glos. & Foler. dicentibus servos foro Dominorum potiri, quos sequitur Narbon. d. gloss. 1. n. 30. & post. Menoch. & Carol. de Grass. Dian. resol. 47. tract. 1. Mart. de jurisdict. cas. 30. à n. 2. & alij per Dançam cap. 1. num. 19. & seqq.*

Secundò, quòd appellatione mobilium venit servus, mobilia autem familiaris ratione dominij forum fortiuntur, *ex l. quod attinet de regul. jur. Bald. & Man-*

*tic. Add. Tiraquel. de retract. cap. 6. n. 4. Corras. in l. frater à fratre ex n. 40. ff. de cond. indeb. & Castib. nullum eorum allegans decis. 128. n. 1.*

Tertiò, quia cùm servus non possit stare in judicio sine Domino, & Dominus non debeat occasione servi avelli à suo foro, sequi videtur servum in foro domini conveniendum *Bartol. & Salicet. in Authent. si qua in provincia Cod. ubi de crimin. agi oportet. Blanc. in pract. n. 59. Gregor. Lopes l. 10. part. 7. tit. 5. respondet Intrigliol. singul. 50. lib. 1.*

Quibus tamen respondebatur 26 à Fisco M. R. C. Inquisitores tamquam Delegatos ad certum genus personarum non habere jurisdictionem ad alias personas, nisi ad contentas in concessionibus Regijs, ad quas tantùm jurisdictio extenditur, ita *text. in l. à Divo Pio §. sententiam ff. de re judicat. & ex Bobad. & alijs dixit Cutell. contro. 14. n. 165.* Undè cum servi non sint comprehensi in ijs: ergo servi non gaudent fori privilegio. Minor autem patet, nam in concordijs numquam de servis fit mentio, & loquendo de familiaribus, & tenentibus exprimunt uxores, filios, patres, atque alios excludunt; forum enim propriè ultra personam ipsius familiaris non egreditur, ita ut nec in uxorem transeat, *ex Cutell. dict. contro. n. 102. & 104. & ex concordatis anni 1580. in cap. 4. 5. 9. & 10. clarè legitur*



legitur, quòd servi familiarium, & eorum familia non gaudet foro, & privilegio, cum loquendo discretivè de familia Tenentium primò disponit, & deindè de familiaribus, de quibus dicit, quòd ex his ultimis nullus de eorum familià gaudet.

Secundò, quia de jure in delictis, sicuti alij in judicio sustinent personam liberam. *l. si criminis Cod. ad l. Jul. de vi publica. Petro no decis. 267. n. 4. Farinac. q. 24. per tot.* in delictis enim personalibus nemo tenetur ex facto alterius, nec Dominus pro servo poterit conveniri, ut *tot. tit. & l. 5. ubi DD. Cod. nè filius pro patre.*

Tertiò, quia forum concessum ratione alicujus, exercitij semper censetur personale, nec ultra eum extenditur *Franc. decis. 363. Milan. decis. 9. p. 1. Cutell. d. contro. n. 106. Franc. decis. 175.* Datum enim est ad comprehendendos hæreticos, & opem præstandam in eorum comprehensione, ex *Paramo in primo responso. cap. 1. de origin. Inquisitionis, & alijs per Cutell. in ejus patrocinio pro Reg. jurisdict. n. 146.*

27 Verum, quia ita ex concordia anni 1597. elicitur, nam cum hæc dubitatio infurrexisset, ad quam scripsit *Param. integ. cap. 14. primi respons.* nihilominus ex ipsa concordia videtur sublata dubitatio, dum in *cap. 15.* fuit dictum, quòd nulli alij, præter famulos Inquisitorum, ac officialium gau-

deant foro, quæ dispositio contra Inquisitores, & officiales data, fortius & familiares comprehendit, quorum familia nullo foro gaudet, & ita in contradictorio judicio fuit decisum contra servum Don. Vincentij Russo V. J. D. Consultoris Sancti Officij anno 1630. mense Februario, & in servo militis Hyerofolymitani fuit in M. R. C. decisum, & in servo clerici per eandem M. R. C. & per eandem contra servum D. Joannis Villacani Familiaris Sancti Officij Civitatis Saccæ, non obstante monitorio Cõmissarij in partibus. Et iterum contra servum Philippi Bellacera Familiaris Sancti Officij, & à Tribunali Sancti Officij fuit cõmissario in partibus rescriptum in hæc verba: *Que constandole realmente que el delicto seja personale, el Santo Officio nõ le defenderà,* ut in lib. inhib. M. R. C. videre est fol. 272. & idem servatum anno 1606. & iterum in alio servo D. Alexandri Milone anno 1603. Et iterum anno 1628. & 1629. & in Curia Straticotiali contra servum Joannis Salvi Balsamo, Equitis Hyerofolymitani mense Februario 1625. & de observantia in Regno Neapolis, ut servi Clericorum non gaudeant privilegio Dominorum post *Apont. testatur Danç. de pugn. DD. tit. de Cler. cap. 1. n. 22. & seqq.*

Neque obstat Oppositio de 28 servis Clericorum, nam in criminalibus non attenditur interesse secun-



secundarium Domini, seu in consequentiam, ut ipse *Paramus* agnoscit, & expressè docet ex multis *Mastrilb. decis. 267. num. 6.* Undè nullo jure Clericus opponet fori declinatoriam in interesse secundario, prout quando Clericus citatur, quatenus ex DD. consensu, & eodem *Mastrilb. decis. 79.* Et in hoc respectu Clerici in criminalibus in Regno non est difficultas. Magis, quòd Clericus nullo modo æquiparari potest familiari, nam jurisdictio Inquisitorum est sæcularis à Rege concessa, & est subjecta revocationi, ut probat *Cutell. de patr. cap. 4. n. 127. cum mult. seqq.* & ante eum *Basil. Ponc. tractat. de matrimon. lib. 5. cap. 12. §. unic. fol. 337.* qui est etiam pressus per ipsūmet *Cuttell. in ejus Glos. ad c. 23. ult. cõcord. Amat. resol. tom. 2. cap. 25. n. 4.* & à n. 138. Et apparet per literas Ferdinandi anno 1501. ubi expressè dicitur de jurisdictione: *Todo es nuestro.* Et ex dispositionibus Caroli Quinti, & Philippi secundi, & literis testantibus suam esse jurisdictionem, de quibus latè idem *Cutellus ubi supra.* Magis, quòd ex præcitato *text.* nihil aliud colligitur, quàm quòd Concilium Toletanum petijt à Rege, ut servos Clericorum ab Angarijs relevaret, quòd prius fuerat dispositum ex *leg. 2. cod. de Episc.* Quòd autem pro delictis foro Ecclesiastico subgerit, nullus legitur.

Neque obstat, quòd servi in bonis nostris sint, & inter mobilia numerentur, hoc enim procedit quoad civilia, non autem quoad criminalia, & si servus sit culpæ reus Dominus poenam non patitur. *l. si is cum quo, & l. naturaliter 13. & l. si id quod 64. ff. de condit. indebit.* ea enim, quæ naturalia sunt, reus retinet, ut velle, ac nolle, delinquere, benefacere, & similia. *l. 3. ubi gloss. verb. potuit Cod. de heredib. instit. l. Atilius Regulus,* ubi Scrib. *ff. de donationib. Cutellus de donationib. remunerat.* Naturalia enim jure civili mutari non possunt.

Nam homo ratione eminentis dignitatis supra animalia inter mobilia non venit ex *l. justissime. ff. de adilitio. edict. Bald. in leg. 1. ff. de stat. hominum. Afflict. decis. 106. num. 11.* ac proinde non comprehenditur in dispositione mobilia, nisi ad evitandum absurdum.

Ad tertium satis respondet *Mastrilb. dict. decis. 267.* ubi tradit decisum servum posse in judicio stare, de quo amplius non dubitatur, quia DD. in tertio argumento de foro domicilij loquuntur, non autem de foro principalis, cujus natura est, nè ad personas alias præterquam in privilegio contentas extendatur.

Licet servi Inquisitorum, & officialium cum salario probatâ



batâ commensalitate remittuntur, ex *Narbon. in dict. gloss. 1. per tot.* & ita plurès, & præsertim mense Aprilis 1636. M. R. C. remisit servum D. Antonij de Roxas officialis cum sálario inquisitum de furto probato priùs ex fide, & testibus, & Dominum esse officialem cum sálario, & servum commensalem, de quo latè agimus *cap. 8.*

### C A P U T XVIII.

Familiares, officialesquè Sancti Officij, coram quo iudice in civilibus conveniri debeant, & quomodò in civilibus privilegio fori gaudeant, vel non?

### SUMMARIUM.

- 1 *Judex domicilij Rei competens iudex est.*
- 2 *Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis corâ suis Cõservatoribus conveniri debèt.*
- 3 *In varijs Regnis hoc militare demonstratur.*
- 4 *Similitèr, & uxores eorum.*
- 5 *Nec non filij.*
- 6 *Refertur decretum Regium super hanc materiam.*
- 7 *Intelligitur decretum.*
- 8 *Privilegium in re individuâ cæteris correis cõmunicatur.*
- 9 *Privilegium fori Clerici in re individuâ laico communicatur.*
- 10 *Correi familiarium, officialiumquè in re individuâ eodem foro fruuntur.*
- 11 *Privilegium miserabiliù personarũ correis cõmunicatur.*
- 12 *Contutores in administratione individuâ coram Ecclesiastico iudice convenire possunt, si aliquis eorum sit Clericus.*
- 13 *In causa spoliij familiares, officialesquè privilegio fori gaudent.*
- 14 *Clerici, & Monachi in causa spoliij coram iudice sæculari respondere tenentur.*
- 15 *Jura, & DD. de hoc referuntur.*
- 16 *Vidua, & orphani habent privilegium trahendi adversarios suos ad Curiam.*
- 17 *Non procedit in causis spoliij.*
- 17 *Familiares, officialesquè in civilibus passivè foro utuntur.*
- 19 *In criminalibus activè, & passivè.*
- 20 *Et in causis mixtis.*
- 21 *Respondetur ad opposita.*
- 22 *Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis aliquando fori privilegio gaudent provocantes ad iudicium.*
- 23 *Reus dicitur, qui involuntarius subit iudicium.*
- 24 *Diffamantes ad suum iudicium trahunt.*
- 25 *Ad cessionem bonorum ad suum iudicium creditores trahunt.*
- 26 *Familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis opposentes se executioni tamquam tertij posse-*



- possessores possunt declinare ad suum iudicem.
- 27 Tales possunt coram suo iudice petere securitatē dāni futuri.
- 28 Huiusmodi spoliati possunt intentare interdictum Unde vi coram suis iudicibus.
- 29 Iudex procedens contra jus spoliū committit.
- 30 Ut quis dicatur actor, vel reus, quæ consideranda sint.
- 31 Novi operis interdicto agere valent coram suis iudicibus.
- 32 Pari modo ut entes remedio legis si contendat.
- 33 Et similiter interdicto recuperandæ, seu renitendæ.
- 34 In hoc casu causa est mixta.
- 35 Vis turbativa causam civilē, & criminalem continet.
- 36 Turbare aliquem à sua possessione, vel eum ab ea dejicere crimen est.
- 37 Possessor in loco rei sitæ conveniri potest.
- 38 Hæc regula limitatur in familiaribus, officialibusquè.
- 39 Sive summarie, sive ordinariè conveniatur.
- 40 Proponitur contra resolutionem difficultas.
- 41 Solvitur.
- 42 Ratione contractūs in loco illius conveniri quis potest.
- 43 Non militat in familiaribus, officialibusquè.
- 44 Senatores, familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis coram suis iudicibus convenire tenentur.
- 45 Refertur notabilis casus in materia.
- 46 Senatores, viduas, cæterasquè personas miserabiles ad suum forum trahunt.
- 47 Familiares, officialesquè tamen ad suum forum non trahunt.
- 48 Utiliores sunt isti, quàm illi Reipublicæ.
- 49 Respondetur ad Ord.
- 50 Dictiones qualescūque, & qualitercūque universales sunt, & omnia comprehendunt.
- 51 Tamen privilegia in favorem Religionis concessa comprehendere non valent.
- 52 Credibile non est Principem Christianum privilegijs concessis Religioni alia antepone-re voluisse.
- 53 Quodd non est credibile, non est præsumendum.
- 54 Tempore conditæ Ordinationis familiares, officialesquè non erant.
- 55 Lex futura non prævisa comprehendere dici non potest.
- 56 Non obstare, quodd aliquandò pro Senatoribus fuisset iudicatum, ostenditur.
- 57 Senatores in casu partes suas agunt.
- 58 Nō quodd iudicatum est, sed quodd iudicandum erat est querendum.
- 55 Scholastici, familiares, officialesquè à suo foro amovère non possunt.
- 60 Huiusmodi, magis privilegiati intensivè sunt, quàm illi.



- 61 *Sic traditur iudicatum.*
- 62 *Milites, familiares, officiales-  
què à suo foro avèllere non  
possunt.*
- 63 *Milites magis privilegiati  
sunt quam viduæ, ac cæteræ  
miserabiles personæ.*
- 64 *Privilegia Scolaſticorum po-  
tentiora sunt militum privi-  
legijs.*
- 65 *Vincens vincentem te multo  
magis vincit te.*
- 66 *Monetarij habent privilegiũ  
fori activum, & passivum.*
- 67 *Familiares, officialesquè corã  
suo iudice convenire coguntur.*
- 68 *Eodem modo viduas, & or-  
phanos.*
- 69 *Ubi actor, & reus sunt æquè  
privilegiati actor forum rei  
sequi tenetur.*
- 70 *Viduæ, orphani, & feminae  
calibes honestè viventes, ad-  
versarios suos activè, & pas-  
sivè ad suum forum trahunt.*
- 71 *Nontamen familiares, officia-  
lesquè.*
- 72 *Neque scholasticos, & milites.*
- 73 *Familiares, officialesquè San-  
ctæ Inquisitionis non cogun-  
tur jurare in animam coram  
alio iudice.*
- 74 *Deferre juramentum est actus  
jurisdictionis.*
- 75 *Familiares, officialesquè San-  
ctæ Inquisitionis, qui foro suo  
renunciârunt, possunt conve-  
niri coram non suo iudice se-  
cundum aliquos.*
- 76 *Et juxta hanc sententiam non*
- solum quandò expressè, sed  
quandò tacitè.*
- 77 *Qui dicunt hoc procedere,  
tam in civilibus, quàm in cri-  
minalibus.*
- 78 *Familiares, officialesquè cita-  
ti pro evictione declinare non  
possunt.*
- 79 *Procedit hæc resolutio etiam  
in privilegiato, qui foro suo  
renunciare non potest.*
- 80 *Clerici in hoc casu forum de-  
clinare non possunt.*
- 81 *Nec Senatores, viduæ, & or-  
phani, cæterique quicumque  
privilegiati.*
- 82 *Privilegia clausa in corpore  
juris ab ipso jure recipiunt  
ampliationes, & limitationes.*
- 83 *Familiares, officialesquè suc-  
cedentes in bonis litigiosis in  
eodem iudicio litem continua-  
re tenentur.*
- 84 *Militat etiam in scholasticos.*
- 85 *Proponitur, an forum decli-  
nare possint, quandò conve-  
niuntur ut heredes.*
- 86 *Solvitur distinctione.*
- 87 *Sub eadem quoad Senatores  
resolvitur.*
- 88 *Quoad scholasticos.*
- 89 *Et quoad Clericos.*
- 90 *Quoad lites antea cæptas pri-  
vilegio fori non utuntur.*
- 91 *Vincuntur in hoc à viduis, cæ-  
terisque personis miserabili-  
bus.*
- 92 *Judicium ubi cæptum est, ibi  
finiri debet.*
- 93 *Forũ etiam declinare non pos-  
sunt*



- sunt quando conveniuntur ex instrumento, in quo partes originales foro renunciarunt.
- 94 Idem procedit in minore.
- 95 Mulier, quæ, vivo marito, cum eo foro renunciavit, eo mortuo, declinare potest.
- 66 In inventarij, & partitionis materiâ familiares, officialesquè non possunt declinare.
- 97 Similiter nec Senatores, nec Scholastici, & quicunque alij.
- 98 Pari modo nec monetarij.
- 99 De vidua dubitatur, & pro parte negativa resolvitur.
- 100 Familiares, officialesquè Regis debitoris privilegio fori non gaudent.
- 101 Similiter nec Senatores, nec monetarij.
- 102 Nec etiam Clerici.
- 103 Familiares, officialesquè in reddenda ratione fori privilegio uti non valent.
- 104 Nullum est privilegium, per quod administrator liberetur à reddendâ ratione in loco administrationis.
- 105 In reconventionem privilegio fori nemo protegitur.
- 106 Reconventio est discutienda coram iudice actionis.
- 107 Senatores in iudicio, in quo agunt, reconveniri possunt.
- 108 De monetarijs idem affirmatur.
- 109 Similiter de Clericis asseverandum.
- 110 Proponitur, & resolvitur, an ad effugiendam reconventionem possit agens à lite recedere.
- 111 In causis pertinentibus ad iudicium Indiæ, & Minæ familiares, officialesquè declinare non possunt.
- 112 Procedit quando agitur circa jura Regalia.
- 113 Non verò si agatur cum privilegiatis ejusdem iudicij.
- 114 Resolvendum idem est circa privilegiatos iudicij Basilicæ Regiæ.
- 115 In iudicio Residuorum, & Capellarum declinare non possunt familiares, officialesquè.
- 116 Nec in executione, in qua neque monetarij.
- 117 Regula est, quod privilegiatus in executione non possit forum declinare.
- 118 Quæ regula viduam, & orphanum comprehendit.
- 119 Oppositum refertur.
- 120 In liquidatione declinatio locum habet cum declaratione, de qua ibi.
- 121 In causis custodiæ, depositi, & salarij in terminis, de quibus ibi, privilegium fori non prodest.
- 122 Nemo in causa multarû, seu ædilitiæ gaudet privilegio.
- 123 Transcribitur lex circa materiam.
- 124 Clerici in causis, de quibus supra coram seculari iudice respondere tenentur.
- 125 Clerici animalia, si dâna inferant



- ferant possunt retineri donec parti lesæ satisfiat, & solvat multam.
- 126 Et in tali casu potest iudex laicus contra Clericum sententiam executioni mandare.
- 127 Familiaris reus etiam conventus ab altero respondere non cogitur, nisi coram suo Conservatore.
- 128 Senator agens contra Senatorem, eum convenire debet coram iudice sui privilegij. De monetario agente contra monetarium pariter est asserendum.
- 129 Et de scholastico contra scholasticum.
- 130 Nec de omnibus æquè privilegiatis.
- 131 In pari privilegio reus causam potiorē habet. & n. 170.
- 132 Fiscus agens contra fiscum, fiscus reus præfertur in foro.
- 133 Quando duo habent duos Conservatores, ad eundem rei Conservator.
- 134 Miserabiles personæ ab scholastico à suo foro avelli non possunt.
- 135 Ubi concurrunt duo æquè privilegiati conquassantur privilegia.
- 136 Familiares familiarium, ac viduæ privilegio fori non gaudent.
- 137 Plura referuntur Regna, in quibus familiares nec passivè in civilibus privilegio fori potiuntur.
- 138 Familiares actores forum rei sequi tenentur.
- 139 Officiales verò activè, & passivè.
- 140 Contraria sententia traditur.
- 141 In qua questione remittendum est ad varias Regnorum consuetudines.
- 142 Apud nos officiales in civilibus activè privilegio fori non gaudent.
- 143 Fidejussor familiaris, officialisque privilegio fori non fruitur.
- 144 Nec Clerici fidejussor privilegio Clerici gaudet.
- 145 Nisi fidejussor fidejubeat apud Ecclesiasticum iudicem.
- 146 Fidejubens pro officialibus apud Inquisitores, apud eos conveniendus est.
- 147 Causa spoliij ad interesse, & pœnam intentatâ, est mixta.
- 148 Et in eâ activè, & passivè familiares privilegio fori utuntur.
- 149 Causa dâni cum injuriâ, & violentiâ dati est criminalis.
- 150 Et in eâ familiares, officialesquè activè, & passivè privilegio fori potiuntur.
- 151 Causa, in quâ agitur de pœnâ conventionali ob fractam pacem, est criminalis.
- 152 Et in eâ foro activo, & passivo similiter perfruuntur.
- 153 Causa cōtra banni, & fraudem duanæ, pedagij, & gabbellarum est criminalis.
- 154 Sed in eâ nec activè, nec passivè



- vè familiares, officialesquè privilegio fori gaudent.
- 155 *Causa, in quâ agitur ad pœnam ex contractu illicito applicanda parti, est civilis.*
- 156 *Et tunc gaudent privilegio fori passivo.*
- 157 *Criminalis est, si agatur ad vindictam, & ad pœnamISCO applicandam.*
- 158 *Tunc nec activè, nec passivè gaudent.*
- 159 *Causa ruptæ salvæ Guardie est criminalis, & in eâ non gaudent privilegijs.*
- 160 *Intali casu Rex potest procedere contra Clericos.*
- 161 *Proût procedere potest, si cõmittant crimen læsæ Majestatis.*
- 162 *Causa, in qua agitur de habilitatione, seu inhabilitatione officij, est civilis.*
- 163 *Et in eâ gaudent privilegio fori passivo cum distinctione, de quâ supra.*
- 164 *Familiares, officialesquè Sãcti Officij cogi possunt ad ferendũ testimonium, sivè causa sit civilis, sivè criminalis.*
- 165 *Quid faciendum, quando privilegia sunt opposita.*
- 166 *In concursu privilegij attendenda est qualitas privilegij.*
- 167 *Speciale derogat generale.*
- 168 *Maius minus vincit.*
- 169 *Causa in concursu privilegij est attendenda.*
- 170 *DD. tractantes de concursu privilegiorum referuntur.*

**C**onclusio, & regula generalis est in materiâ, quòd reus conveniri debet coram iudice Ordinario domicilij ipsius rei, & quòd ille iudex est competens, & legitimus in omnibus causis eorũ, qui domicilia habent in territorio subdito ipsius jurisdictioni, tam in civilibus, quàm criminalibus, ex l. *hæres absens* 19. §. *si quis tutelam*, & §. *proinde. l. illud sciendum. l. si fideicommiss.* 50. §. *sed scriptum.* ff. de iudic. cap. *licet ratione ultim. de for. competent. Gom. 3. var. cap. 1. n. 87. ibi Aylon cum mult. latissimè Carlev. de iudic. tit. 1. disp. 2. q. 1. Barbos. in dict. l. hæres absens ff. de iudicijs.*

Ab hac certissimâ juris regula excipiuntur familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis, qui in nostro regno privilegio fori in civilibus gaudent, quando sunt Rei, & nisi coram suo iudice, illis saltẽ invitis, conveniri possunt; vt patet ex privilegio relato cap. 3. n. 61. & cap. 16. n. 14. & eodem foro gaudent in principatu Cataloniae in regnis Aragonum, Valentiae, Sardiniae, & Maioricarum, testibus Cortiad. decis. 30. n. 125. Dian. resolut. moral. p. 4. tract. 8. resolut. 55. & in summ. verb. *Inquisitionum jurisdictionum* num. 26. Carlev. de iudic. tit. 1. disp. 2. sect. 6. n. 513. Rox. de privileg. Inquisitor. num. 422. Narbon. in l. 20. gloss. 1. n. 74. & gloss. 6. n. 2. tit. 1. lib. 4. recopilat. Solorsan. de jur. Indiar. tom. 2. lib. 3. cap. 24. n. 59. & in politicis



7 *liticis lib. 4. cap. 24. Caren. de offic. Sanctæ Inquisition. p. 1. tit. 14. §. 5. sub n. 17. Param. de origin. Sanctæ Inquisition. lib. 3. q. 6. n. 27. ubi idem dicit praticari in Regno Siciliae. Suelves lib. 1. conf. 19. n. 8. Matheu de regimin. Valentia tom. 2. cap. 7. §. 1. sect. 3. n. 35. Balmaf. fed. de collect. q. 52. ferè per tot. Thom. Vds ad §. 11. Reformationis iustitiæ. Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 2. in princip. n. 26. & Forens. cap. 11. n. 229. & ad Ord. lib. 1. tit. 35. §. 8. litera F. n. 355.*

- 4 Exceptio hæc regulæ supra positæ erit regula in hoc capite exponenda, nempe, quod familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis in civilibus privilegio fori gaudent, quæ regula ampliatur primo, ut non tantum ipsi, sed etiam eorum uxores privilegio fori in civilibus passivè fruuntur, ut latè probavimus *cap. 5. per tot. & cap. 17.*
- 5 Ampliatur secundò, ut non tantum ipsi, sed eorum filij dicto privilegio muniantur, ut etiam latè diximus *cap. 7. per tot. & cap. 17. contrarium tradit Peg. dict. n. 355. de quo infra.*

- 6 Suprà posita ampliatio attento jure communi, vel nullam, vel saltem tenuem patitur difficultatem, sed attento nostro jure non posse sustineri videtur ex Regio Decreto, cujus tenor sequens est.

*Decreto sobre os filhos dos familiares.*

**N**A causa, em que Domingos Dias Villa Real familiar do Santo Officio pertende, que seu filho seja admitido ao juizo do Fisco, por ser filho de familiar: fui servido resolver, ouvidos os Ministros do Conselho geral do Santo Officio, que os filhos dos familiares não gozaõ dos privilegios de seus pays para suas causas haverem de correr no juizo do Fisco, e que não devia de ser remetido a elle o dito Domingos Dias, antes sua causa devia de correr no juizo Ordinario onde pertence. O Regedor da Casa da Supplicação affirmo tenha entendido, e o fará executar nesta conformidade. Lisboa 17. de Março de 1654. REY. *Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 35. §. 8. litera F. n. 355.*

Decretum hoc, stante privilegio Patrûm est valde restrictivum juris communis, secundum cujus dispositionem filij familiarium, officialiumque Sanctæ Inquisitionis patrûm privilegio fruuntur, ut latè probavimus *dict. cap. 7. & 17.* quare praticari non solet, nisi in casibus, in quibus filij familiarium, officialiumque Sanctæ Inquisitionis conveniuntur ratione rei, in quâ eorum patres usumfructum non habent, & ita sæpissimè judicavimus, & sententias nostras observavimus placitu supremi Cõfilij Sanctæ Inquisitionis confirmatas, & optimâ cum ratione, quia cum patres in tali casu habeant interesse in causa, nè suum u-

sum



usum fructum amittant, Correi cū filijs in causâ individuâ quoad iudicium saltē sunt, & idēd patrum privilegia fori filijs communicatur ex regula satis nota, quōd privilegium in re individuâ cæteris correis, ac consortibus litis communicatur, ut latē diximus in nostro opere *de muner. judic. Orphanor. tract. 1. de Inventar. lib. 3. cap. 13. & tract. 2. de Divisionib. libr. 6. cap. 1. & in tractat. de Recusationib. lib. 3. cap. 3. & 5. & lib. 5. cap. 4.* docetque latē Valeron *de transactionib. tit. 2. q. 7. n. 11.* ideoquē privilegium fori Clerici in causâ individuâ laico communicatur: *Valeron. n. 13. Carp. de executorib. testamentor. libr. 1. cap. 2. n. 3. Gutierr. practicar. lib. 1. q. 6. n. 9. Castilh. tom. 6. controvers. cap. 165. n. 47. Cov. practicar. cap. 34. num. 2. ubi Faria cum multis.* Vide quæ diximus *de muner. judic. Orph. tract. 3. lib. 2. cap. 1. à n. 61.*

Ampliatu tertio ex ratione, de quâ proximè, ut non tantum ipsi familiares, officialesquē Sanctæ Inquisitionis privilegio fori in civilibus passivè fruuntur, sed & correi, & consortes ejusdem litis circa rem individuum gaudeant; tūm quia studiosi forus consortibus ejusdem litis in causis individuis, & connexis prodest. *Scobar de Pontificia, & Regia jurisdiction. capit. 54. per tot. Mendo de jur. Academico. Butilierius de successiōib. ab in-*

*testat. capit. 1. theoremā 36. per tot. tūm quia privilegium miserabiliū personarum, quod possint alios ad Curiam trahere, ex l. unic. Cod. quand. Imperator. inter viduam, & pupillum. Ord. libr. 3. titul. 5. §. 3. & 5. communicatur consortibus ejusdem litis in re individuâ, & in connexis Postb. de subhastat. tom. 1. decis. 34. à n. 7. Valeron. de transactionib. tit. 2. q. 7. n. 17.* tūm quia, si inter plures tutores laicos unus sit Clericus, Clerici privilegium fori laicis contutoribus ita communicatur, ut coram iudice Ecclesiastico omnes conveniri debeant. *Gratian. capit. 641. per tot. Salgad. de supplication. ad Sanctissimum 2. part. cap. 14. à num. 5.* de quo latē agimus in nostro opere *de muner. judic. Orphanor. tom. 4. tract. 4. de tutela rationib. distrahend. libr. 1. cap. 2.*

Ampliatu quartò, ut familiares, officialesquē Sanctæ Inquisitionis privilegio fori in civilibus potiuntur, etiam quando sunt conventi ratione spoliij ab eis commissi, quæ quidem ampliatio vera non videtur: primò, quia officiales, familiaresquē Sanctæ Inquisitionis quoad forū in civilibus non sūt æquè privilegiati, quā sunt Clerici, & Monachi; sed Clerici, & Monachi privilegio fori in causâ spoliij passivè non fruuntur, imò rei conventi tenentur cōparere, & respondere coram iudice seculari



culari in causa spolij ab ipsis commissi, dummodò intra annum, & diem còveniantur, ex expressa *Ord. lib. 2. tit. 1. §. 2. ibi Barb. & latissimè Peg. à n. 1. usque ad 78. Barb. in l. Titia ff. soluto matrim. n. 28. & in l. heres absens §. proinde ff. de judic. n. 22. Cabed. 1. p. decis. 76. n. 4. & 2. p. decis. 71. n. 3. & 82. Portug. de donat. Reg. p. 2. libr. 1. cap. 13. n. 121. Sous. decis. 46. per tot. Oliva de foro Eccles. p. 1. q. 8. n. 55. & 58. Themud. decis. 2. n. 17. & decis. 24. & decis. 94. & 316. Barbof. de potestat. Episcop. alleg. 78. n. 14. Cunha in decretum distinct. 96. cap. 1. n. 6. Cald. forens. lib. 1. q. 25. n. 19. & conf. 11. n. 20. Cost. annot. 8. n. 48. & annot. 32. Pereyr. decis. 22. n. 5. & 7. Leitaõ in prax. finium regund. cap. 11. n. 76. & cap. 12. Mend. in prax. lib. 2. cap. 4. num. 14. Peg. forens. cap. 11. n. 174. Kalasc. conf. 93. num. 3. & 5. Pereyr. de man. Reg. 2. part. cap. 24. n. 2. Fragos. de Regimin. Reipubl. tom. 1. lib. 2. disp. 4. à n. 363. cum infinitis Cortiad. decis. 241. per tot. & si spoliatus, & spoliatus sint Clerici: ergo multo minùs debent gaudere privilegio fori etiam passivo familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis minùs privilegiati.*

16 Secundò quia viduæ, ac orphani habent privilegium trahendi ad Curiam lites suas, sive sint actores, sive Rei, ut suprà diximus: At qui Vidua, ac Orphanus conventi in causa spolij

non possunt declinare ad Curiam causam spolij, ut probatur ex *Ord. libr. 3. tit. 12. §. 1. ubi Barbof.* ergo similiter familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis non poterunt declinare ad suos Conservatores in causa spolij.

Nihilominùs legitima est nostra ampliatio, quia vel causa spolij est civilis, vel criminalis, vel mixta. Si civilis; nihil obstat familiaribus, officialibusquè Sanctæ Inquisitionis, ut privilegio suo fori passivi in civilibus perfruantur, cum in civilibus nullus casus inveniatur exceptus, præter infra referendos, ut patet ex privilegij relatis *cap. 3. & ex §. 11. reformationis fustitie.* Si criminalis, utpotè procedens ex quasi delicto; quid eis impedit privilegio fori frui, cum in criminalibus, sive sint rei, sive actores privilegio fori muniantur, ut latè diximus *cap. 12. cum seqq.* Si mixta; nihil etiam considerari potest, quod impediat usum privilegij. *Pareja de instrumentor. edition. tom. 1. tit. 2. resolut. 6. num. 46. Cortiad. decis. 30. num. 173. & decis. 35. n. 66. Solorz. de jur. Indiar. libr. 3. cap. 24. num. 33.* ubi refert diploma Regis resolventis, officiales, familiaresquè Sanctæ Inquisitionis gaudere privilegio fori in causa spolij *Salgad. de Reg. protect. part. 1. cap. 2. §. 5. n. 5.* & ita multoties judicavimus, & invenimus judicatum ad favorem fratris mei Colendissimi Andreae Guer-



Guerreyro Camacho familiaris Sanctæ Inquisitionis Eborensis, & Oppidi de Ourique Ducis maioris, qui jam meliori fruitur ævo.

21 Fundamenta contrâ nostram ampliationem ponderata nihil obstant. Non primum; quia procedit ex vi concordie, de quâ *Peg. cum alijs in dict. §. 2. in princip.* Non secundum; quia quoad viduas, & orphanos casus spoliij inveniuntur excepti *in dict. §. 1.* qui non inveniuntur quoad familiares, officialesquæ Sanctæ Inquisitionis, qui magis privilegiati intensivè sunt, quàm orphani, viduæquæ, ut statim apparebit.

22 Ampliatur quintò, ut sufficiat ad hoc, ut familiares, officialesquæ Sanctæ inquisitionis privilegio fori passivo in civilibus gaudeant, quòd veniant ad iudicium coacti, quamvis priùs alios ad iudicium pròvocent, quia rigorosus reus dicitur is, qui ad iudicium involuntarius venit, *ex l. interdum. ff. de re judicat. l. in tribus cum lege seq. ff. de judic.*

23 licet primùm ad iudicium veniat sine citatione: dummodò ex causâ sibi datâ, & non acceptâ iudicium subeat, nam tunc dicitur causativè vocatus, & ideò ut rigorosus reus, non ut actor voluntarius, iudicium ascendit, quòd sufficit, ut privilegio suo uti valeat *Salgad. in labyrinth. creditor. part. 6. capit. 6. à n. 18. Cortiad. decis. 259. num. 42.* ubi

multos citat.

Ex quo infero primò familiares, officialesquæ Sanctæ Inquisitionis diffamatos possunt trahere ad suos Conservatores diffamantes, quia suppositâ diffamatione non veniunt ad iudicium ut voluntarij actores, sed ut rigorosi Rei causativè ad iudicium vocati: ut probatur *in l. diffamari 5. Cod. de ingenuis, & manumissis, & ibi notant DD. Ord. lib. 3. tit. 11. §. 4. ubi Barbof. num. 5. plures dat, quibus adde, quos referunt, & sequuntur Covas pract. cap. 18. per tot. & ejus additionator Faria, Barbof. in l. si quis postea quàm ff. de judic. à num. 68. Valasc. cons. 184. n. 6. latè Cortiad. decis. 238. per tot.*

Infero secundò, familiares, officialesquæ Sanctæ Inquisitionis volentes cedere bonis creditoribus suis, posse eos vocare ad concursum formandum coram suis Conservatoribus, quia cum remedio cessionis ante concursum uti non valeant, ut latè diximus in nostro opere *de munere judic. Orphanor. tract. 1. libr. 4. capit. 11.* coacti censentur Creditores ad iudicium vocare, & ab ipsis causativè vocati præsumuntur; quâ de causâ Creditores actores reputantur. *Salgad. supra n. 14. Giurb. decis. 44. n. 1. Ciarlin. controuv. cap. 4. per tot.*

Infero tertio, familiares, officialesquæ Sanctæ Inquisitionis opponentes se executioni sententiæ



inter alios lata, tamquam possessores, aut domini probata prius possessione, aut dominio saltem apparenter, posse declinare ad suos Conservatores, & ad illos teneri iudicem executionis acta remittere, quia quantumvis in hoc casu familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis non cogantur ex vi citationis ad iudicium venire, coguntur tamen illud subire causativè ex vi executionis, quæ in re, cuius possessionem habent, fieri intenditur, quod sufficit, ut non censeantur ad iudicium venire tamquam voluntarij actores, sed ut necessarij Rei. *Salgad. in labyrint. p. 1. cap. 5. n. 18. & de reg. practict. p. 4. cap. 8. à n. 32. & à n. 80. Noqueirol. alleg. 16. n. 32.*

27 Infero quartò, familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis posse recurrere ad suos Conservatores, ut faciant notificare partes, à quibus lædi timent, vel in personis, aut in bonis juxta terminos *Ord. lib. 3. tit. 78. 5. & 6.* quia supposito iusto timore, non veniunt ad iudicium voluntarij, sed coacti causativè ex timore, ideoque potius tamquam Rei, quam tamquam actores veniunt.

28 Infero quintò, posse familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis spoliatos à iudice, comparando coram illo ejus jurisdictionem declinare ad suos Conservatores, citando partem, ad cujus favorem iudex spolium commisit, ut coram prædictis appareat ad

defendendum spolium à iudice commissum; quia iudex procedens contra jus, spolium committit, ex *cap. conquerente 7. de restitut. spoliator. ubi cum multis Barb. Salgad. de reg. protect. p. 4. cap. 8. n. 39.* Quo supposito spolio, familiares, officialesque non veniunt voluntariè ad iudicium, sed necessariè ad defendendū spolium, licet non citati veniant; quia ut quis dicatur actor, vel reus, non inspicitur quis ad iudicium vocatus sit, sed petitionis causa originaria est inspicienda, & non accidentalis, nec citatio, *Ciarlin. supr. cap. 34. per tot. Salgad. 1. part. cap. 2. §. 2. n. 13. Cravez. conf. 182. n. 2. Gusman veritate 7. n. 29. Fontanell. decis. 327. cum duabus seqq.*

Infero sextò, familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis posse coram suis Conservatoribus interdicto novi operis agere contra facientes novum opus in suum præjudicium, nam licet primum ad iudicium provocent, considerato, & spectato effectu rei potius sunt, ut iudicatum refert *San Felicius decis. 379. docetque Deluca in praxi judiciaria cap. 1. n. 6. & obs. 657. per tot. Marines 2. variar. cap. 6. n. 4. Afflictis. decis. 268. Pratus obs. 98. eleganter Cortiad. decis. 259. per tot.*

Infero septimò, familiares, officialesque Sanctæ Inquisitionis utentes remedio legis *si contendat ff. de fidejussorib.* posse eo uti coram suis Conservatoribus, quia Rei



- Rei censentur. *Deluca supr. dict. cap. 1. n. 5. Fontanell. interminis decis. 329. à n. 15. Cortiad. supr.*
- 33 Infero octavò, familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis spoliatos, vel turbatos in sua possessione, posse adversus spoliantes, seu turbantes, intentare interdicta possessoria recuperandæ, & retinendæ coram suis Conservatoribus, quia licèt primùm judicium fubeant, veniunt coacti ex spolio, seu turbatione ad recuperandam suam possessionem, vel ad eam retinendam, & ita ad judicium non veniunt voluntarij, sed coacti; quare potius rigorosi rei nuncupari debent, quàm actores vocari, & ut rei suo privilegio fori uti prohiberi non possunt ex dictis à primâ illatione usque ad præsentem;
- 34 quibus accedit, quòd hæc causa mixta est, & in causis mixtis familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis suo privilegio fori utuntur, ut jam diximus.
- 35 Vim spoliativam, aut turbativam continere in se causam mixtam, nempè, civilem, & criminalem, patet *ex l. si quis in tantam Cod. unde vi. Ord. lib. 4. tit. 57. per tot.* quia turbare aliquem in sua
- 36 possessione, vel ipsum ab eâ spoliare delictum est, pro quo datur actio injuriarum, quæ criminalis est, ut tradunt *Menoch. de retinend. possession. remed. 3. n. 594. & de arbitrar. cas. 320. Farinac. in prax. p. 3. q. 100. à n. 38. Cancer. 2. var. cap. 7. n. 3. & p. 3. cap. 4. n.*
254. *Fontanell. de pact. nuptiar. clausul. 4. gloss. 22. n. 48. & decis. 81. n. 12.* & pro quâ competit etiam actio civilis ad commodum, & interesse partis, & ideò, licèt non sufficeret quatenus civilis est, quatenus criminalis est rectè intentatur coram Conservatoribus familiarium, officialiumquè, siquidem indubium est privilegio fori gaudere activè, & passivè in criminalibus, ut diximus à *capit. 12. cum seqq.*
- Ampliatu sextò, ut adeò vera fit nostra conclusio à principio posita, quòd licèt regula sit, quòd possessor alicujus rei sitæ ibi conveniri possit, ut probatur *ex l. sed & si susceperit 52. §. ult. ff. de judic. l. actor ult. Cod. in rem actio, ubi August. Barb. latè. Carlev. de judic. tit. 1. disp. 2. q. 3. à num. 143. usque ad 159. Barb. in l. hæres absens 29. §. proinde artic. de foro rei sitæ à n. 1. usque ad 24. Ord. lib. 3. tit. 11. §. 5. & 6. ibi Barbof. n. 1. & August. Barb. in d. §. proinde n. 15.*
- Tamen ab hac regulâ excipiuntur familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis, qui ratione rei sitæ in loco rei sitæ conveniri non possunt, sive conveniantur intra annum actione spolij, vel reivindicatione juxta terminos *Ord. lib. 3. tit. 11. §. 5.* sive post annum juxta terminos *Ord. ibidem §. 6.* quia familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis in civilibus privilegio fori passivo gaudent, etiam si conveniantur interdictis possessorijs



rijs *Fontanell. decis. 329. à n. 15. usque ad 20.*

40 Hæc ampliatio dubia redditur ex dispositione *tx. in cap. 1. de privileg. lib. 6. junctâ glossa ibi*, & ex communiori traditione DD. qui per illum *tx.* & glossam asserunt in foro rei sitæ reum conveniendum esse coram Ordinario, quamvis sit exemptus, nisi in privilegio exemptionis aliter sit expressum, ut docet *Carlev. supr. num. 144. Barbof. in d. articul. de foro rei sitæ n. 3.* undè cum nostri familiares, officialesquè Sanctæ Inquisitionis hoc expressum non habeant in privilegijs, videtur dicendum posse conveniri in loco rei sitæ.

41 Verùm hac ratione dubitandi minimè refragante, ampliatio sustinenda est, quia resolutio, de quâ supra intelligitur secundum *Covas practicar. cap. 11. n. 5. Barb. in d. cap. 1. n. 3.* quâdò privilegium exemptionis certo loco circumscriptum est, quo casu, si exemptus extra illum locum delinquat, vel contrahat, poterit in loco delicti, vel contractûs conveniri, non ita si tale privilegium ratione personæ concessum sit absque illius loci præfinitione, quia tunc ubicumque deliquerit, vel contraxerit eodem privilegio potietur, ut neque in loco delicti, vel contractûs valeat conveniri, vel secundum alios procedit ubi exemptio ita ampla, & absoluta non est, ut in omnibus, & per omnia concessa dicatur, & quæ conjecturam ad-

mittat, quæ restrictionem aliquam concludat.

Ampliatur septimò, ut quamvis regula sit, quòd ratione contractûs sortitur quis forû, ut possit conveniri apud judicem loci contractûs, sive agatur actione personalis, sive reali, ex *l. hæres absens 19. §. proinde ff. de judic. §. hæc considerantes §. si igitur in Authentica ut omnes obediant judicibus collat. 5. tit. 24. tx. in cap. ult. de for. compet. ibi latè Barbof. & Fermosin. fusissimè Carlev. de judic. tit. 1. disp. 2. p. 4. à n. 160. usque ad 287. Ord. lib. 3. tit. 11. §. 3. ibi Barbof.* Tamen ab hac regulâ excipiuntur officiales, familiaresquè Sanctæ Inquisitionis, quia ex privilegio suo sunt omninò exempti ab omni judicum jurisdictione, & virtute privilegij conveniri non possunt ex quacumque obligatione, nisi coram suis Conservatoribus, quibus data est jurisdictio privativa, quæ omnium aliorum judicum excludit.

Ampliatur octavò, ut adeò vera sit nostra supra posita resolutio, ut etiam Senatores, officiales, familiaresquè Sanctæ Inquisitionis ad suum forum trahere non possunt, sed eos convenire debent coram suis Conservatoribus, ad cujus rei confirmationem materno idiomate casum huic materiæ pertinentem referre libet, qui talis fuit.

Pormandado do Doutor Antonio



tonio Lobo do Torneo Corregedor do Cível da Corte à instancia do Desembargador João Monteiro de Faria foi citado Estevão Dias Official de liteiras, e familiar do Santo Officio, para responder naquelle juizo a hum libello, porque o dito Desembargador o queria o brigar á satisfação de huma liteira, que lhe entregara; e com effeito apresentou o libello em audiencia, e à revelia lhe foi recebido. Acudio o dito Estevão Dias a juizo, por seu procurador veyo com excepção declinatoria fori, que por familiar tinha seu juiz competente o Juiz do Fisco, a cujo juizo devia de ser remettida, offerecendo com a excepção a cópia authentica da Carta de familiar. O Corregedor da Corte despois de ouvir as partes desirio por seu despacho, que não recebia a excepção, e mandou, que sem embargo della contrariasse a parte o libello, e condenou o seu advogado em dous mil reis. Aggravou o familiar para a Relação, e não foi provido, antes foi segunda vez condenado em outros dous mil reis. Nestes termos recorreo o familiar por sua petição ao Conselho Geral, onde sendo vista, pareceo se devia pedir a sua Alteza mandasse resolver esta duvida na fórma, que o Senhor Rey Dom Henrique ordena no Alvará da Concessão dos privilegios do Santo Officio, e conformando-se sua Alteza com o estilo, nomeou

para este negocio os Doutores Rodrigo Rodrigues de Lemos, e João Carneiro de Moraes, ambos do seu Conselho, e seus Desembargadores do Porto; e do Conselho geral nomeou Diogo de Sousa, e Alexandre da Sylva ambos do mesmo Conselho geral, onde todos quatro, havendo cada hum em particular vistos os autos se ajuntaraõ na meza do despacho do Conselho em 27. de Setembro de 1670. e havendo-se proposto o caio na fórma referida sobre a materia, se assentou pelos mais votos, que sendo este o primeiro caso, em que se tratou da incompetencia entre os Desembargadores, e Familiares, a respeito do privilegio do foro de huns, e outros, devia o Corregedor da Corte de proceder com mais consideração do que o fez, sem dar lugar a que as partes em termo conveniente se valessem dos documentos, que podiaõ fazer a bem de seu justiça. Pelo que eraõ de parecer, e assentaraõ, que por ora se não tomasse no caso a ultima resolução, e se mandasse ao Corregedor da Corte, que recebesse a excepção do Reo, e o admitisse à prova, para que valendo-se das razões, que podem fazer a bem de seu privilegio, se possia com mais clareza, e satisfação julgar a dita excepção; e no caso que se julgasse contra o seu privilegio, entãõ se tornaria a conferir neste Conselho sobre a ultima resolução



ção, accrescentando, que por este modo ficava tambem por hora suspença a sentença sobre o aggravado do Reo, e a condemnação, que assim a Relação, como o Corregedor impuzeraõ ao procurador do Reo, pela excepção, e aggravado. De todo o sobredito se fez este assento, que assignaraõ. E eu Diogo Velho o fiz escrever. Diogo de Souza. Alexandre da Sylva. Rodrigo Rodrigues de Lemos. João Carneiro de Moraes.

Em audiencia de 4. de Julho de 1672. se requireo ao Corregedor da Corte por parte do Reo, que na fórma deste assento mandasse ir os autos conclusos para deferir ao recebimento da excepção, e fazendo-lhos conclusos, pôs o despacho seguinte.

Naõ ha que deferir ao requerimento da audiencia a fol. por estar deferido à excepção, de que nelle se trata no despacho a fol. confirmado pelo Acordaõ da Relação, que só conheço por meu Superior; deve o supplicante recorrer aos termos dos autos, se lhe parecer. Lisboa 9. de Julho de 1672. Torneo.

Naõ se decidio este caso, porque as partes se concertaraõ, ou por outro respeito; estaõ os autos no Cartorio de Manoel Ribeiro de Faria Escrivaõ ante os Corregedores da Corte.

46 Tamen hæc causa videbatur decidenda pro familiare contra

609

Senatorem, nam licet Senatores habeant privilegium activum fori etiam contra viduas, cæterasque personas miserabiles contra scholasticos, & quascumque alias privilegiatas personas, ut probatur ex *Ord. lib. 2. tit. 59. §. 13. ubi Peg. gloss. 15. per tot. Pereyr. decis. 2. n. 17. Arôuc. allegat. 21. per tot. Oliv. de for. Eccles. 3. p. q. 24. n. 31. Cabed. decis. 86. 24. & 25. p. 1.* Tamen contra familiares privilegium tale praticari non debet, nam privilegium familiarium, officialiumque Sanctæ Inquisitionis maius privilegio Senatorum ceteri debet; siquidem nobilitas, perfectio, & necessitas privilegij ab operatione, & sine ipsius privilegij sumi debet, & dubitare privilegium familiarium, officialiumque Sanctæ Inquisitionis utilius, & magis necessarium esse Reipublicæ privilegio Senatorum sacrilegium reputamus, sive ad operationem attendamus, sive ad finem respiciamus, siquidem operatio familiarium, officialiumque Sanctæ Inquisitionis versatur adversus impias hæreticorum blasphemias, & personas dêmoni devotas, ut diximus *cap. anteced. num. 12.* finis verò officij eorum est conservatio pura, nostræ Catholicæ Religionis. Operatio autem Senatorum est unicuique suum redere: finis Rempublicam in pace conservare. Quis igitur dubitavit præferendam esse religionem quibuscumque alijs Reipu-



Reipublicæ commodis, cum ipse Gentilis Papinianus fassus fuit summam esse rationem, quæ pro Religione facit, ut diximus *cap. 2.* & aliis in locis.

49 Nec nobis obstant verba *tx. in d. §. 13. ibi: ou outras quaesquer pessoas*, nam quavis hæ dictiones: 50 *qualecumque, & qualitercumque*, quibus utitur Ordinatio, universales sint, omniaquæ cõprehendant, quæ excogitari possunt, etiam expressis maiora ut tradit *Barbos. de Dictionib. diction. 299.* & 51 300. tamen non comprehendit privilegia data in favorem Religionis, cum incredibile sit Principem Christianum privilegiis in favorem Religionis concessis 52 alia anteponeere voluisse, & quod credibile, ac verosimile non est, præsumi non potest, *ex lege fin. ff. quod metus causa, & ex multis, quos refert, & sequitur Barbos. axiom. 223. à num. 5.* nos diximus *de muner. judic. Orphanor. tract. 2. lib. 1. cap. 4. à n. 52. cum seqq.* 54 maximè cum tempore conditæ Ordinationis, quæ cõpilata fuit tempore Regis Joannis Secundi, Princeps non potuisset cogitare de familiaribus, officialibusquæ Sanctæ Inquisitionis, qui tempore Regis Joannis tertii cum ministerio Sanctæ Inquisitionis in nostro Regno feliciter orti fuerunt, & 55 circa futura non est determinata veritas. *l. venter ff. de acquirend. hæredit. cum aliis, de quibus Barb. axiom. 104.*

Rursus nobis non officit, quodd hæc quæstio decisa fuit pro privilegio Senatorum contra familiarium, officialiumquæ privilegia, ad favorem Præclarissimi Domini *Mendo de Foyos Pereira* consanguinei filiorum meorum ex lineâ materna à Consiliis nostri Serenissimi Regis, ac ejus Statûs Secretarii contra Sebastianum de Abreu apud notarium Emmanuelem Ribeiro de Faria, teste *Peg. in d. §. 13. num. 15.* quia 57 primum respondemus, quod quæstio fuit decisa ab ipsismet Senatoribus, qui, ut suas partes agant, pro se, & non contra se judicare debent. Secundò responde- 58 mus, quodd non quærimus, quid judicatum sit, sed quid judicandum est, ad quod conducunt pulchra, quæ tradidimus in nostro opere *de muner. judic. Orphanor. tract. 1. lib. 1. cap. 12. & in 3. part. Rubricæ.*

Ampliaturnondè, ut adedè ve- 59 ra sit nostra conclusio, ut etiam Scholastici non possint avertere familiares, officialesquæ Sanctæ Inquisitionis à suo foro, ut eos cõveniant coram suis Conservatoribus, siquidem extra dubium hodie est in nostro Regno maius esse 60 privilegium intensivè, quàm scholasticorum, ex Regio Decreto à nobis fideliter translato *c. 3. n. 39.* in cujus Decreti executionem sequens sententia in senatu lata fuit: *Acordei &c.*

*Aggravado he o aggravante* 61  
Z pelo